

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

MARIANA MONTI PAOLIN

**A ASSOCIAÇÃO MOVIMENTISTA ESCOLA SEM PARTIDO NA
CRUZADA ANTIGÊNERO: ANÁLISE DE SUA MILITÂNCIA NO
INSTAGRAM**

SÃO CARLOS - SP

2022

MARIANA MONTI PAOLIN

**A ASSOCIAÇÃO MOVIMENTISTA ESCOLA SEM PARTIDO NA CRUZADA
ANTIGÊNERO: ANÁLISE DE SUA MILITÂNCIA NO INSTAGRAM**

**Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Sociologia, da Universidade
Federal de São Carlos, para a obtenção do
título de Mestre em Sociologia.**

**Orientação: Prof. Dr. André Ricardo de
Souza**

São Carlos – SP

2022



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Folha de Aprovação

Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Mariana Monti Paolin, realizada em 04/08/2022.

Comissão Julgadora:

Prof. Dr. Andre Ricardo de Souza (UFSCar)

Prof. Dr. Ricardo Mariano (USP)

Profa. Dra. Luana Dias Motta (UFSCar)

Prof. Dr. Gabriel de Santis Feltran (UFSCar)

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia.

Dedico este trabalho à memória de minha tia Ana Elvira, cuja vontade de viver e determinação em vida me incentivam, ainda hoje, a sempre alçar voos mais altos. Saudades.

AGRADECIMENTOS

A presente dissertação foi escrita mediante apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES (Código de Financiamento 001).

Cursar o mestrado, inteiramente de forma remota devido à pandemia, exigiu adaptações e superação de obstáculos que eu jamais imaginei que sequer pudessem existir. E foi frustrante. Foi quebrada toda a expectativa de conhecer uma nova cidade, um novo campus, novos professores e colegas. Por outro lado, apesar de todas as dificuldades, para mim, é inegável que ter estudado na UFSCar foi um verdadeiro presente. Mesmo que as relações tenham sido virtuais, eu pude me sentir parte de uma comunidade graças ao esforço de muitos e muitas.

Agradeço imensamente a todos os professores e professoras do PPGS/UFSCar pelo imenso esforço em manter a qualidade das aulas e das discussões em tempos de ensino remoto. Agradeço também a todos os colegas que não pude conhecer pessoalmente, mas cuja união e suporte foram essenciais, principalmente nos momentos de maior incerteza, logo no início da pandemia. A todos que cruzaram meu caminho virtualmente, colegas e professores, espero poder encontrá-los presencialmente em breve.

Um especial agradecimento vai para meu orientador, o professor André Ricardo de Souza, que me recebeu muito bem e sempre esteve disposto a me auxiliar no que fosse preciso. Foi por meio dele que conheci os membros do NEREP, aos quais sou muito grata por todas as frutíferas discussões. Nossas reuniões foram essenciais para meu desenvolvimento como pesquisadora.

Agradeço também ao professor Ricardo Mariano, que, além de sempre incentivar meus estudos, me abriu as portas da sociologia, anos atrás, e, pacientemente, me mostrou os caminhos que poderia trilhar nessa área pela qual me apaixonei. Agradeço também aos professores Gabriel de Santis Feltran e Luana Dias Motta pela participação na banca de defesa e pelas apreciações do trabalho, sobretudo esta por ter participado também da banca de qualificação, dando contribuições que foram fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa.

Aos meus amigos de longa data, Luiz e Laís, meras palavras não seriam suficientes para descrever quão agradecida sou por ter conhecido vocês. Muito obrigada por fazerem parte da minha vida, pelas risadas, conversas, brincadeiras e,

principalmente, por acreditarem que eu seria capaz em momentos que eu tive certeza de que eu não conseguiria. E eu consegui! Um beijo da capricorniana que vos adora. À Mônica, agradeço por todo o companheirismo e amizade nos nossos anos de Unicamp.

Agradeço também à Nilva, minha segunda mãe, sem a qual eu não poderia ter me tornado quem sou hoje. E claro, agradeço principalmente à minha mãe e melhor amiga Zilá, que sempre me apoiou em meus planos, por mais malucos que fossem. Sem sua ajuda e suporte, eu jamais poderia ter me dedicado aos meus estudos dessa forma. Você é o meu maior exemplo de vida.

"Nada novo em 400 homens brancos decidindo o futuro do país."

(Pichação feita próxima à Universidade Estadual de Campinas, um dia após o impeachment de Dilma Rousseff)

RESUMO

Nas últimas décadas, diante da expansão de direitos humanos envolvendo gênero e sexualidade em diversas partes do mundo, observou-se uma efervescência de movimentos e reações que se colocaram em oposição, tanto às teorias de gênero desenvolvidas em âmbito acadêmico desde o século XX, quanto aos avanços do ativismo feminista e LGBTQIA+. Visando a defesa da "família natural", ganha força o discurso antigênero, reconhecido pelo sintagma "ideologia de gênero". Nesse contexto, a associação movimentista Escola Sem Partido (ESP) ganha centralidade no cenário brasileiro dada sua capacidade de aglutinar diversos setores da sociedade civil em torno da pauta única de combate à "ideologia de gênero", esta considerada por seus apoiadores como uma ameaça à família, à moralidade, aos princípios cristãos e, por consequência, à sociedade como um todo. Sua militância se deu principalmente, mas não de modo exclusivo, nas redes sociais, utilizadas como espaço de propaganda e disseminação dos seus princípios, valores e visão de mundo. Assim, esta dissertação teve como objetivo central analisar a forma como o discurso antigênero foi apropriado e disseminado pela ESP a partir de suas postagens no Instagram entre 2016 e 2020. Para isso, foi realizada uma coleta sistemática e análise de dados dessa rede social, com foco nas imagens postadas e interpretação de suas legendas, utilizando-se o método de análise de conteúdo categorial.

Palavras-chave: Escola Sem Partido. Ideologia de Gênero. Instagram

ABSTRACT

In recent decades, given the expansion of human rights involving gender and sexuality in different parts of the world, there has been an effervescence of movements and reactions that have placed themselves in opposition, both to gender theories developed in the academic field since the 20th century and to advances in feminist and LGBTQIA+ activism. Aiming to defend the "natural family", the antigender discourse, recognized by the phrase "gender ideology", gains strength. In this context, the movementist association Escola Sem Partido (ESP) gains centrality in the Brazilian scenario, given its ability to unite different sectors of civil society around the single agenda of combating "gender ideology" which is considered by its supporters as a threat to family, morality, Christian principles and consequently society. Its militancy took place mainly, but not exclusively, in social networks, used as a space for propaganda and dissemination of its principles, values and worldview. Thus, this dissertation had as its main objective to analyze how the antigender discourse was appropriated and disseminated by ESP from its posts on Instagram between 2016 and 2020. For this, a systematic collection and analysis of data from this social network was carried out, with focus on posted images and interpretation of their captions, using the categorical content analysis method.

Keywords: Escola Sem Partido. Gender Ideology. Instagram

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Deveres do professor	38
Figura 2: Página inicial do perfil da ESP no Instagram.....	54
Figura 3: <i>Linktree</i> da ESP	55
Figura 4: Meu professor tem razão, meus pais estão errados	60
Figura 5: Nossos filhos estão em perigo	61
Figura 6: Depoimentos	63
Figura 7: Deturparam Marx, deturparam Freire	64
Figura 8: Diga não à ideologia de gênero nas escolas.....	65
Figura 9: Ideologia de gêneses.....	67
Figura 10 Gender x Mental Disorders.....	68
Figura 11: Favor não confundir questões de gênero com ideologia de gênero.....	69
Figura 12: Atividade de recepção de calouros	70
Figura 13: Material didático – meu corpo e meus direitos	71
Figura 14: Aqui no MAM pedofilia é arte	73
Figura 15: Banheiro inclusivo.....	74
Figura 16: “Menino veste azul e menina veste rosa” é uma metáfora	75
Figura 17: Os pais têm direito a que seus filhos recebam a educação religiosa e moral que esteja de acordo com as próprias convicções	76
Gráfico 1: Projetos de lei propostos em âmbitos: municipal, estadual e distrital	39
Gráfico 2: Projetos de lei da ESP apresentados por unidade federativa	40

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Postagens da ESP por tipo – 2017-2020.....	57
Tabela 2: Postagens segundo categorias – 2016-2020.....	58

LISTA DE SIGLAS

LGBTQIA+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexos, Assexuais e demais identidades de gênero e sexualidade

PATRI - Patriota

PP – Partido Progressistas

PR - Partido da República

PT - Partido dos Trabalhadores

PSB - Partido Socialista Brasileiro

PSC - Partido Social Cristão

PSL - Partido Social Liberal

PSOL - Partido Socialismo e Liberdade

STF - Supremo Tribunal Federal

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 GÊNERO EM MOVIMENTO	19
1.1 FORMAÇÃO DA RETÓRICA ANTIGÊNERO	19
1.2 DE NORTE À SUL: A TRANSNACIONALIZAÇÃO DE MOVIMENTOS ANTIGÊNERO	21
1.2.1 <i>Europa</i>	22
1.2.2 <i>América Latina</i>	25
1.2.3 <i>Brasil</i>	31
2 DO MITO FUNDADOR À INCONSTITUCIONALIDADE: UM BREVE HISTÓRICO DA ESP.....	35
2.1 PROJETOS DE LEI	37
2.2 A ESP EM FACE DO GOVERNO BOLSONARO.....	44
2.3 RELIGIÃO, LAICIDADE E A ESP	47
3 A ATUAÇÃO DA ESP NO INSTAGRAM	52
3.1 INSTAGRAM: USOS E INTERAÇÕES DA PLATAFORMA	52
3.3 ANÁLISE DE CONTEÚDO DAS PUBLICAÇÕES DA ESP.....	56
3.3.1 <i>Doutrinação</i>	58
3.3.2 <i>Ideologia de gênero</i>	65
3.3.3 <i>Promoção de igualdade</i>	72
3.3.4 <i>Família</i>	74
CONCLUSÃO.....	77
BIBLIOGRAFIA.....	81

INTRODUÇÃO

Nas três últimas décadas, observou-se uma intensificação dos embates sobre gênero e sexualidade no cenário público brasileiro. Movimentos feministas e LGBTQIA+, partindo de uma agenda baseada em princípios plurais e inclusivos, entraram em choque com segmentos conservadores, religiosos ou não, que buscam a reafirmação de uma moralidade norteadora das normas sociais e legais da sociedade (MACHADO, 2018). Entraram em jogo perspectivas antagônicas a respeito da moral sexual e familiar, esta compreendia, sob a ótica dos grupos cristãos, unicamente a partir de preceitos heterossexuais, sendo rejeitado qualquer outro arranjo familiar (BIROLI; VAGGIONE; MACHADO, 2020).

Nesse contexto, o reconhecimento da categoria gênero entra em disputa, sendo algo interpretado por seus detratores como ideologia, que nega a diferença sexual entre homens e mulheres e retira do poder divino a definição a respeito em cada indivíduo. Gênero é interpretado como uma construção social, pressupondo que cada um seria capaz de definir seu próprio gênero ou de não se sujeitar às normas do casamento heterossexual. A expressão “ideologia de gênero” surge justamente como uma tentativa de denunciar a ameaça à qual a família e a autoridade religiosa estariam supostamente submetidas (BUTLER, 2019).

No Brasil, a luta contra a ideologia de gênero irrompe em resposta aos avanços de políticas voltadas para a promoção da igualdade de gênero nas duas últimas décadas, especialmente no âmbito educacional. A escola passou a ser um espaço caracterizado por um conflito em torno da abordagem de temas ligados a gênero e sexualidade para crianças e adolescentes.

Nesse cenário, a associação movimentista Escola Sem Partido (ESP)¹, formada em 2004, por iniciativa de Miguel Nagib, ganhou visibilidade nacional, voltando-se para temas delicados e de grande controvérsia no mundo contemporâneo. Partindo da premissa de que haveria uma prática de doutrinação

¹ Ao longo de sua existência, o que se conhece por Escola sem Partido recebeu diferentes categorizações. No momento de sua formação, Nagib chamou de Associação, vindo o grupo a se autodenominar movimento quando começou a ganhar visibilidade nacional, a partir de 2014, com a formulação dos primeiros projetos de lei concernentes a ele. De acordo com Miskolci (2021), ESP não se encaixa naquilo que a literatura de ciências sociais designa como movimento social, tendo o autor adotado pelo termo ‘empreendedor moral’. De fato, movimento implica determinada organicidade, algo que não existe de maneira estruturada no fenômeno ESP. Nesta dissertação, portanto, a opção foi designar ESP como *associação movimentista*.

ideológica, de cunho marxista e gramsciano, na educação formal brasileira, foram colocados em debate temas como gênero, religião, práticas pedagógicas e material didático. Além disso, foram situadas em posições antagônicas a família e o Estado - representado este pela escola - disputando a prevalência decisória sobre as bases educacionais.

Articulando alianças com partidos e movimentos de direita, associados ou não a grupos religiosos, a ESP conseguiu formar uma rede de difusores e defensores de suas reivindicações em diferentes espaços da vida social, das escolas às redes sociais e casas legislativas (COLOMBO, 2018). Apesar de sua tímida presença no debate público em seus anos iniciais, ele ganhou destaque uma década depois de seu surgimento, quando agregou à sua pauta elementos da agenda conservadora, contemplando a luta contra políticas de promoção da igualdade de gênero e da diversidade sexual, que ganharam força durante os governos federais petistas no Brasil, entre 2003 e 2016 (Miguel, 2016). Assim, seu foco se deslocou do combate à “doutrinação marxista”, passando a ter como novo alvo as políticas de combate ao sexismo e à homofobia. E fez isso denunciando a esquerda política como grande responsável “pela destruição da família e pela universalização da homossexualidade” (Miguel, 2016, p. 599-600).

Com significativa presença militante no âmbito legislativo, a associação movimentista contou com a apresentação de uma série de projetos de lei contendo suas reivindicações em diversas câmaras municipais, assembleias legislativas e no Congresso Nacional, principalmente após 2014, ano em que foi apresentado o primeiro deles, pautado por seus princípios, na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. Suas redes sociais (Facebook, Instagram, Twitter e YouTube) foram fundamentais, naquele contexto, para a difusão de seus valores e princípios, além de fomentar a mobilização em torno de suas bandeiras.

Por meio da análise da militância da ESP nas redes sociais é possível verificar sua dinâmica ao longo dos anos, observando como se deu o processo de formação de alianças e como sua atuação converge com demais pautas antigênero, no contexto de emergência de movimentos, religiosos ou não, de caráter conservador.

Esta pesquisa teve como objetivo central analisar a forma como o discurso antigênero foi apropriado e disseminado pela ESP, exclusivamente, a partir de suas

postagens no Instagram entre 2016 e 2020. A escolha exclusiva do Instagram dentre as redes sociais se deve à grande amplitude e conseqüente grau de complexidade analítica que seria abordá-las também nesta investigação. O período estudado foi aquele em que a ESP se fez ativa nessa rede social - desde a sua primeira publicação, em 2016, até a última, quatro anos depois.

Vale frisar que a escolha do Instagram dentre as demais plataformas sociais se justifica por algumas razões. Primeiramente, pelo alcance de suas publicações, tendo como indicativo a quantidade de pessoas que seguem o perfil da ESP no Instagram: mais de 40 mil até a escrita da dissertação. Em segundo lugar, pela diversidade de dados qualitativos que dali pode-se extrair, dadas as próprias características do Instagram, sendo possível acessar, desde imagens e fotos a vídeos longos ou curtos, comentários e reações e interações dos seguidores. Em terceiro lugar, pela maior facilidade de acesso aos dados, o que não acontece com o Twitter, por exemplo, que indisponibiliza acesso às publicações mais antigas, algo que inviabiliza a pesquisa. Além disso, observou-se que há um intercâmbio de postagens, em que publicações e vídeos feitos para outras plataformas são repostadas no Instagram.

Sua página no Facebook, a princípio, seria a plataforma ideal, por ser a principal rede social utilizada pela ESP, contendo o maior número de seguidores e de postagens. Entretanto, ela foi excluída em 2020, impossibilitando acesso a quaisquer dados. Já seu canal no YouTube não foi a plataforma escolhida como principal dado o baixo número de inscritos (em torno de 3 mil) e menores taxas de visualizações e engajamento do público em comparação com as demais redes sociais. Além disso, os vídeos que possuem maior número de visualizações nesta plataforma também estão disponíveis no Instagram.

Para atingir o objetivo central da pesquisa, portanto, foi necessário, 1) analisar o contexto político e social em que se observa a emergência de movimentos conservadores, voltados também à pauta antigênero, 2) compreender a concepção de gênero do ESP, verificando aproximações e distanciamentos dela ao ativismo religioso, principalmente católico e evangélico, em torno das pautas de gênero no Brasil, 3) analisar a dinâmica da militância em tal associação movimentista nas redes sociais, sempre com foco no Instagram. Para isso, foi realizada uma coleta sistemática e análise de dados do Instagram, com foco nas imagens postadas e

interpretação de suas legendas, utilizando-se o método de análise de conteúdo categorial².

Para a elaboração desta dissertação foi preciso entender as propriedades do objeto investigativo, isto é, as especificidades das redes sociais – no Instagram em particular -, além da criação de mapas descritos, apresentando, por exemplo, os perfis daquele ambiente, algo que envolvia os grandes temas debatidos, os formatos das postagens (texto, imagem, vídeo), formas de interação entre perfis. Por fim, foi necessário definir a forma de coleta de dados, sendo este o cerne da análise de conteúdo categorial (Bardin, 2016), metodologia utilizada na busca da compreensão dos conteúdos disseminados pela ESP a partir da análise de suas postagens no Instagram. O foco, no entanto, se deu nas publicações cuja temática envolvia gênero e sexualidade. Buscou-se compreender, aprofundadamente, como se formaram os argumentos da ESP quanto ao combate à chamada ideologia de gênero.

Dessa forma, a dissertação foi dividida em três capítulos. O primeiro é dedicado à discussão do contexto em que o sintagma "ideologia de gênero" foi formado e difundido, além da sua influência em políticas nacionais, com especial atenção ao campo da educação. Nele é apresentada a genealogia da expressão "ideologia de gênero" - que remete ao embate de concepções antagônicas entre movimentos feministas e LGBTQIA+, de um lado, e grupos cristãos e conservadores, do outro -, a forma como o discurso antigênero foi difundido no mundo, com destaque para Europa e América Latina, e, por fim, como essa discussão influenciou políticas públicas no Brasil.

No segundo capítulo são explicitadas as principais características da ESP, desde o momento de sua criação até a construção de alianças com diversos atores sociais, entre políticos e movimentos sociais, e a agregação do combate à "ideologia de gênero" à sua pauta. São exploradas também as principais características dos projetos de lei baseados nos princípios do ESP, propostos em âmbitos municipal, estadual e federal. Por fim, é abordado seu afastamento em relação ao governo Bolsonaro e a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que julgou inconstitucionais tais projetos de lei.

² O método de análise de conteúdo foi proposto por Bardin (2016) e consiste em um conjunto de técnicas de pesquisa, em que são feitas a sistematização e categorização de dados visando buscar o(s) sentido(s) a eles empreendidos.

O terceiro capítulo é dedicado ao estudo do ativismo da ESP em torno do combate à ideologia de gênero no Instagram, a partir dos resultados obtidos por meio do método utilizado de análise de conteúdo. São apresentadas as principais características dessa rede social, atentando-se para a forma como o conteúdo é divulgado, as maneiras de interação entre a perfil do ESP e seus seguidores, bem como sua rede de apoiadores. Por fim, são analisados os conteúdos de suas publicações, com foco naquelas a respeito de gênero e sexualidade, tendo sido o intuito compreender como a ESP se relaciona com a cruzada antigênero, principalmente no Brasil.

1 GÊNERO EM MOVIMENTO

Apresentada como sinônimo de decadência moral, a “ideologia de gênero” foi uma bandeira que propiciou a construção de alianças entre diferentes grupos políticos e religiosos, principalmente evangélicos. Visando estancar avanços das políticas feministas e LGBTQIA+, que, supostamente, ameaçariam jovens, crianças e a família tradicional heteronormativa, o discurso denunciante da “ideologia de gênero” não se restringiu aos limites da religião, apesar de seu surgimento ter ocorrido no âmbito da Igreja Católica, como será visto mais adiante. Tão logo se espalhou pela Europa e América Latina, capturando a imaginação de uma ampla gama de atores. Este capítulo busca evidenciar o caráter transnacional da investida antigênero e expor uma análise de como o chamado combate à “ideologia de gênero” propiciou a construção de alianças entre diferentes grupos políticos e religiosos.

1.1 Formação da retórica antigênero

Tendo aparecido pela primeira vez na medicina para distinguir as diferenças biológicas entre as pessoas, o conceito de gênero ganha uma nova compreensão quando incorporado pelos movimentos feministas, que visavam compreender as razões pelas quais a desigualdade entre homens e mulheres se cria e se sustenta na sociedade. A célebre frase de uma de suas primeiras pensadoras, Simone de Beauvoir, “não se nasce mulher: torna-se mulher” (BEAUVOIR, 1980) já expressava, de forma implícita, aquilo que, anos mais tarde, outras pensadoras viriam a denominar como ‘gênero’. A ênfase logo transcende a diferença sexual e biológica existente entre homens e mulheres e desenvolve-se a concepção de que as distinções entre os sexos são criadas a partir das relações sociais e dos papéis e estereótipos tipicamente entendidos como masculinos ou femininos (PISTICELLI, 2009). Nas palavras de Joan Scott (1995, p. 75), uma das primeiras autoras a utilizar e conceitualizar o termo, temos:

(...) "gênero" torna-se uma forma de indicar 'construções culturais' - a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres. 'Gênero' é, segundo esta definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado.

Ao longo dos anos, o conceito de gênero foi muito debatido no interior dos movimentos feministas e, apesar de sua centralidade na construção de ideias do campo, sua definição se tornou alvo de controvérsia e ainda não é consensual. Nesse contexto, cabe menção à Judith Butler, filósofa recorrentemente citada e atacada pelos opositores às teorias de gênero, cuja contribuição para o desenvolvimento da abordagem sobre o tema foi central. Sua obra *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*, publicada em 1990, teve grande repercussão por dialogar diretamente com diversas correntes feministas, trazendo críticas a respeito da construção realizada, até então, sobre as categorias: sexo, sexualidade e gênero. O caminho metodológico e analítico que Butler trilhou na elaboração da referida obra constituiu-se na construção de uma genealogia da produção feminista da categoria mulher, compreendida como sujeito do feminismo. A partir dessa genealogia, seria possível compreender como se deu, partindo das primeiras produções feministas, a construção de identidades, de gênero e de sexualidade.

O debate viria transpor o meio acadêmico, a partir de uma luta interpretativa em torno do conceito de gênero. O ano de 1995 representa um marco dada a realização da Conferência Mundial de Beijing sobre a Mulher, na qual se reconhece que as desigualdades entre homens e mulheres são atravessadas pelo gênero e que, portanto, somente por meio dessa perspectiva se poderia empreender uma agenda eficaz de combate a tais desigualdades. É a partir desse evento, segundo Miskolci e Campana (2017), que setores religiosos conservadores passam a se opor explicitamente ao conceito de gênero.

O primeiro registro da expressão “ideologia de gênero” foi identificado, no entanto, em 1998, em um informe da Igreja Católica, divulgado pela Comissão da Mulher da Conferência Episcopal Peruana, baseado no livro *The Gender Agenda: Redefining Equality*, da jornalista Dale O’Lary (Machado, 2018). Além disso, observa-se a centralidade de determinados setores do clero católico, que se posicionam em defesa da concepção de gênero segundo diferenças biológicas. Sob a liderança, na década de 1990, do então cardeal Joseph Ratzinger, que viria se tornar o papa Bento XVI, o conceito feminista foi interpretado como um meio para a liberação do “humano de sua biologia”, um instrumento, que, falseando a realidade,

visava à dominação, nascendo assim a “ideologia de gênero” (MISKOLCI; CAMPANA, 2017, p. 727-8). Nessa interpretação, marcada por uma simplicidade excessiva, a “ideologia” supõe que “cada um pode escolher sua orientação sexual, sem levar em consideração as diferenças dadas pela natureza humana” (CELAM, 2007, p. 30 apud MISKOLCI; CAMPANA, 2017, p. 727)

O que se coloca em disputa nesse contexto é a qualificação dos estudos de gênero, pejorativamente classificados como ideologia a ser combatida, não havendo necessariamente uma correspondência ao que as teorias feministas e estudos de gênero apontam. Junqueira (2019) defende que a concepção de “ideologia de gênero” seria uma invenção do Vaticano – sob o comando de um pontífice extremamente conservador, como foi João Paulo II, auxiliado por Ratzinger -, criada para o uso retórico em defesa de uma sociedade regressiva, antidemocrática e antilaica. Haveria uma preocupação em não se evidenciar sua origem católica com o intuito de que os movimentos antigênero não fossem identificados como uma resposta religiosa à essa controvérsia moral. Como parte da estratégia discursiva, afirma Junqueira, seria essencial conferir à concepção de “ideologia de gênero” um caráter universal, neutro, com base em formulações baseadas em dados científicos, que, supostamente, legitimariam os posicionamentos políticos e morais os defensores de tal posicionamento. Tal postura expressa o que o sociólogo argentino Juan Vaggione (2017) chamou de “secularismo estratégico”.

Junqueira (2018) afirma ainda que a busca de distanciamento da concepção de “teoria/ideologia de gênero” do contexto clerical propiciou que tal sintagma passasse a ser reconhecido como categoria política, passível de ser utilizada de diversas formas e partir de diferentes discursos. Mediante a expansão de seus sentidos e dotado de um caráter universalizante, “o sintagma pôde atrair e aglutinar diversas demandas políticas, articular atores distintos, ensejar instrumentalizações e revestir os discursos de aparente coerência, especialmente (e não apenas) entre agremiações de direita populista” (JUNQUEIRA, 2018, p. 444).

1.2 De norte à sul: a transnacionalização de movimentos antigênero

Temos assim uma breve descrição dos caminhos que o conceito de gênero percorreu, desde sua conceitualização pelas feministas, passando por sua aplicação prática na luta contra as desigualdades, até seu enquadramento, por determinados

setores da Igreja Católica, como ideologia e sua expansão para além dos limites católicos. Entretanto, para entender o atual estágio da luta contra a “ideologia de gênero”, não basta olhar para a criação desse discurso. É preciso também compreender qual a situação dos movimentos feministas e LGBTQIA+ na sociedade atual e o que isso representa para outros setores que se opõem, no plano dos valores, a eles. Cabe agora explorar, portanto, como se deu a ocorrência de reações contrárias aos avanços de políticas de promoção de igualdade de gênero e sexualidade, iniciada na Europa e estendida para América Latina e Brasil.

1.2.1 Europa

"Ideologia de gênero é pior que comunismo e nazismo juntos" (CORREDOR, 2019, p. 629, tradução livre). Essa fala, proferida pelo bispo católico polonês Tadeusz Pieronek durante um debate público, em 2013, na Polônia, constituiu um dos primeiros sinais, no país, da investida antigênero de clérigos, ativistas e jornalistas de direita. Um ano antes, na Convenção de Istambul, Jaroslaw Gowin, político ultraconservador e então primeiro-ministro polonês, se posicionou contrariamente ao documento que tratava da prevenção e combate à violência contra mulher, tendo a justificativa de que tal documento, em razão do uso da palavra "gênero", estaria carregado de ideologia e representaria uma ameaça à família (GRAFF, 2014). Já durante as eleições locais de 2014, a “ideologia de gênero”, apresentada a partir de uma linguagem que gerou medo e confusão popular, foi um importante recurso utilizado por partidos políticos conservadores, capaz de aproximar sacerdotes, políticos e ativistas, além de mobilizar eleitores (GRZEBALSKA, 2015).

Caso semelhante ocorreu na França, em 2011, quando oitenta parlamentares do partido União por um Movimento Popular³ afirmaram ser a “ideologia de gênero” uma “ideologia totalitária, mais opressiva e perniciosa que a ideologia marxista” e que “arrisca desestabilizar jovens e adolescentes e alterar seu desenvolvimento” (CORREDOR, 2019, p. 613, tradução livre). Nesse caso, a investida estava direcionada aos novos livros didáticos que tratariam de gênero, não a partir de viés biológico, mas como algo socialmente construído.

³ Em francês: *Union pour un mouvement populaire* (UMP)

Já em 2012, é criada a coalizão francesa *Manif pour Tous*⁴, composta por associações católicas, *think tanks* (entidades que advogam políticas públicas), blogs e intelectuais conservadores, cujas bandeiras giram em torno da oposição ao casamento gay e à adoção de crianças por casais homossexuais. Segundo Brustier (2015), tais blogs, como o *Le Salon Bege*, tiveram forte participação na difusão das ideias de pensadores conservadores, a exemplo do psicólogo e padre católico Tony Anatrella, pioneiro na organização de manifestações contra as teorias de gênero na França.

Alguns anos mais tarde, os efeitos do ativismo dessa coalizão repercutiram na Alemanha, onde surgiu, em 2014, um movimento de mesmo nome - em alemão, *Demo für Alle* -, cujo lema é "Casamento e família! Parem com a ideologia de gênero e a sexualização de nossas crianças!". Suas manifestações foram uma reação ao Plano de Educação 2015, do governo alemão, comandado pela Aliança 90/Os Verdes⁵ e o Partido Social Democrata da Alemanha⁶. O documento tinha como uma das pautas a inclusão do tema da diversidade sexual nos currículos escolares trazendo discussões que levassem os alunos à reflexão sobre identidades sexuais e estereótipos de gênero (BLUM, 2015).

Diversos outros países europeus vivenciaram, a partir de 2010, uma efervescência de movimentos, que, visando a defesa de princípios e valores morais, eclodiram em reação aos avanços de políticas sociais e educacionais que tinham como intuito a manutenção e expansão de direitos humanos. Englobando diferentes atores emergiu uma agenda que se colocou em oposição, tanto às teorias de gênero desenvolvidas em âmbito acadêmico, desde o século XX, quanto aos avanços do ativismo feminista e LGBTQIA+.

Fazendo-se uso de frases de efeito e de slogans baseados em simplificações excessivas - quando não deturpações - dos estudos de gênero, foram rejeitadas reformas sociais que visaram a ampliação e garantia de direitos sexuais e reprodutivos, de casamento entre pessoas do mesmo sexo, de adoção por casais homossexuais, de políticas de proteção contra violência de gênero e de educação sexual. Tais bandeiras, levantadas em prol da igualdade e da emancipação, foram correlacionados a comunismo, terrorismo e o nazismo. Elas foram apontadas como

⁴ Em tradução livre: Manifestação para Todos

⁵ Em alemão: *Bündnis 90 Die Grünen*

⁶ Em alemão: *Sozialdemokratische Partei Deutschlands* (SPD)

amorais e antidemocráticas e a ideologia de gênero foi, então, disseminada como uma "forma de "doutrinação neototalitária" de raiz marxista, ateia, mais opressiva e perigosa do que o marxismo" (JUNQUEIRA, 2018, p. 462).

Apesar de presentes em inúmeros países europeus, as reações contrárias à categoria gênero, ou ao que se convencionou chamar de *genderism*⁷, no entanto, foram, por muito tempo, interpretadas pela literatura europeia como fenômenos meramente nacionais. Paternotte e Kuhar (2018) explicam que tais reações eram até então vistas como estranhas à experiência europeia ou restritas a contextos políticos e históricos específicos, como em países com forte influência do catolicismo, a exemplo da Itália e Irlanda, ou então em países da Europa Oriental, cujas marcas do passado soviético foram recorrentemente utilizadas como armas no combate à "ideologia de gênero"⁸. A explicação se encontra na existência de uma narrativa relativamente consensual entre acadêmicos, pesquisadores e ativistas de que a busca pela igualdade de gênero e cidadania sexual na Europa seguia um caminho irrefreável. Desse modo, a eclosão de movimentos e reações contrárias à "ideologia de gênero" causou uma sensação de surpresa, segundo Corrêa (2018), justamente em decorrência dos avanços das políticas sexuais e reprodutivas que vinham ocorrendo na região desde 1990 e da cultura secular, relativamente consolidada, principalmente na Europa Ocidental.

Paternotte e Kuhar (2018), apontam, no entanto, que a abrangência e o alcance de determinados movimentos, como o francês *Manif pour Tous*, colocam em xeque essa narrativa e evidenciam um caráter transnacional dessas reações. Não se tratava de casos isolados, mas contrarreações que partilhavam discursos e estratégias de ação semelhantes, adaptadas a cada contexto nacional, dotados de uma conexão que extrapola suas fronteiras. Não eram, portanto, reações desconexas, mas movimentos ordenados, que transcenderem instâncias isoladas e

⁷ Na literatura internacional, outros termos, como, em tradução livre, *genderismo* ou *ideologia do gênero*, são utilizados de forma equivalente à expressão "ideologia de gênero", todas criticando a compreensão de gênero enquanto algo socialmente construído.

⁸ No contexto europeu, reviver os fantasmas da Guerra Fria fez parte de uma estratégia discursiva dos críticos à ideologia de gênero a fim de causar medo ou pânico moral, sobremaneira em ex-repúblicas soviéticas, cujo passado é marcado por violência e repressão. A retórica da "ideologia de gênero" foi usada com o intuito de confundir e relacionar valores e objetivos políticos de feministas e grupos LGBTQIA+ com os traumas históricos associados ao regime comunista, como aponta Corredor (2019). A autora cita o caso da Croácia, país onde as denúncias contra a ideologia gênero foram feitas de modo a equiparar o feminismo a sentimentos antinacionais e anticatólicos em uma tentativa de reavivar antagonismos históricos que colocavam, em lados opostos, a Igreja Católica e o antigo Estado soviético.

englobam atores diversos: católicos, evangélicos, muçulmanos conservadores, políticos de direita, agentes de *think tanks*, organizações e movimentos políticos e sociais conservadores (Corredor, 2019).

As manifestações contrárias à chamada “ideologia de gênero”, portanto, englobaram uma gama de diferentes atores e não foram restritas à experiência ou contexto social e político de um único país. Pelo contrário, tais reações tão logo superaram as fronteiras da Europa e se disseminaram para América Latina, região marcada pela presença de regimes ditatoriais em boa parte do século XX e que, não apenas possui forte influência do catolicismo, como também do pentecostalismo, sendo seus militantes importantes atores de oposição à expansão do ativismo feminista e LGBTQIA+.

1.2.2 América Latina

Assim como a Europa, a América Latina também foi palco de inúmeras manifestações contrárias aos estudos de gênero, aos avanços de direitos da população LGBTQIA+ e políticas de promoção de equidade de gênero, principalmente no que concerne à esfera educacional, ao casamento entre pessoas do mesmo sexo e ao direito ao aborto. Há de se destacar, no entanto, que as diferenças culturais, sociais e políticas de cada região tiveram um diferente impacto na forma como os movimentos feministas e LGBTQIA+ alcançaram espaços e visibilidade na esfera pública.

Na Europa, apesar da quebra da narrativa de que o continente representaria um modelo de democracia sexual e de equidade de gênero (CORRÊA, 2018) após as reações antigênero que eclodiram a partir de 2010, Miskolci e Campana (2017) apontam que os papéis das mulheres europeias foram profundamente transformados, tanto no âmbito cultural, político e até mesmo legal, em decorrência da revolução sexual iniciada desde o século XX. Na América Latina, por outro lado, os impactos dessa revolução foram arrefecidos por ditaduras militares, fortemente marcadas pela moral familiar tradicional.

Diante dos regimes ditatoriais latino-americanos, afirmam os autores, foi firmada uma aliança, em determinados países, entre Igreja Católica, movimentos pró-democracia e vertentes da esquerda, que lutavam pela redemocratização, assim

como por direitos humanos e diminuição da desigualdade econômica. Nesse contexto, os movimentos feministas e homossexuais latino-americanos, que começaram a se organizar a partir de 1960, tiveram certo tensionamento na relação com a esquerda hegemônica – pela ênfase desta nas questões de classe social – com a qual se aproximaram para fazer frente às ditaduras militares. Isso ocorreu, pois a revolução feminista que vinha ocorrendo à época foi acusada de se limitar à experiência das classes média e alta, sendo por isso considerada “pequeno-burguesa”. Já os movimentos homossexuais tiveram suas pautas secundarizadas e até ridicularizadas e rechaçadas pela esquerda. As pautas desses movimentos não foram sequer reconhecidas durante tal período, ganhando espaço e visibilidade política e social apenas após a virada do milênio e ascensão de governos de esquerda, já no contexto democrático.

Ainda que determinados setores da Igreja Católica tivessem forte participação na luta pela redemocratização em certos países, como no Brasil, as diferentes concepções acerca de temas envolvendo gênero e sexualidade evidenciaram o antagonismo na relação entre igreja e tais movimentos em ascensão:

Historicamente, portanto, ainda que o catolicismo possa ter demonstrado – em alguns contextos nacionais como o brasileiro – afinidades com uma agenda econômica mais à esquerda e tenha sido um dos protagonistas no desenvolvimento de uma cultura dos direitos humanos no Brasil (Montero, 2012), o que o aproximou também de movimentos pró-democracia, a mesma afinidade não pode ser encontrada com os emergentes movimentos sociais feministas e LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais). As demandas desses movimentos sociais, que ganham mais visibilidade social nos países latino-americanos a partir da virada do milênio, entram em contradição com as visões tradicionais do catolicismo no que se refere ao comportamento sexual e ao papel das mulheres na sociedade (Miskolci e Campana, 2017, p.732-3)

Além disso, outra diferença notória entre Europa e América Latina diz respeito à composição religiosa. Historicamente, a Igreja Católica teve uma grande influência na formação dos países latino-americanos, de forma que, até 1960, estimou-se que 90% da população dessa região se declarava católica, segundo levantamento do Pew Research Center. No entanto, o catolicismo perde espaço frente à expansão evangélica, capitaneada pelas igrejas pentecostais. Segundo os dados desta

pesquisa, em 2014, 10% ou mais dos latino-americanos se declararam evangélicos, dos quais cerca de 65% se dizem adeptos de denominações pentecostais.

Embora o catolicismo ainda seja a religião majoritária, o crescimento evangélico pentecostal na América Latina não pode ser ignorado, principalmente em razão da maior expressividade que esse grupo angariou na esfera pública de muitos desses países. Nesse contexto, Mariano e Gerardi (2019, p. 01) afirmam que:

Nas últimas décadas, grupos evangélicos têm protagonizado cada vez mais o ativismo político cristão conservador na América Latina, em aliança, geralmente, com grupos católicos carismáticos, da Opus Dei, “pró-vida” e “pró-família”. Em vários países latino-americanos, os evangélicos não só superaram a condição de minoria religiosa marginal como vêm conquistando crescente visibilidade pública, poder religioso, midiático e político. No caso do pentecostalismo, suas autoridades abandonaram o quietismo apolítico vigente até os anos 70 e investiram, sobretudo, mas não só no Brasil, no lançamento de candidaturas oficiais, na realização de alianças e barganhas eleitorais, na ocupação e instrumentalização da política partidária e eleitoral, na formação de bancadas parlamentares e de partidos. Passaram a demandar tratamento estatal privilegiado a suas igrejas e a tentar modelar o ordenamento jurídico às suas convicções bíblicas. Aos poucos, seus repertórios morais e projetos políticos alinhados com a direita cristã começaram a influenciar e delimitar a linguagem e os termos da agenda e dos debates públicos sobre união civil de pessoas de mesmo sexo, aborto, direitos humanos, família, gênero, educação, laicidade, entre outros temas.

Com o seu crescimento cada vez mais expressivo e posterior aliança com outros segmentos cristãos, houve uma intensificação do ativismo evangélico que visou barrar a expansão da agenda de gênero em vários países latino-americanos. É o caso do México, onde o ativismo político evangélico, segundo Barajas (2018), possui como atores-chave pastores, legisladores, grupos da sociedade civil interreligiosa e perfis ideológicos que promovem intolerância e operam em estruturas simbólicas, jurídicas e da informação para frear e retrocessos na agenda feminista e de diversidade sexual. A origem do ativismo político evangélico, predominantemente pentecostal contra a “ideologia de gênero” se deu, no país, em torno do projeto de lei de autoria do então presidente Enrique Peña Neto, com apoio da Suprema Corte, apresentado em 17 de maio de 2016, que propunha a aprovação do direito ao matrimônio igualitário entre pessoas do mesmo sexo. O projeto estava diretamente ligado à decisão da Suprema Corte de Justiça da Nação que declarava inconstitucional os códigos civis por determinar o matrimônio unicamente como união entre homem e mulher. No entanto, o projeto gerou uma série de reações

culminando na formação da Frente Nacional pela Família, composta por organizações laicas e religiosas (RIBEIRO, 2019) e ligada a movimentos pró família e pró-vida.

Outro caso emblemático na cruzada antigênero aconteceu na Colômbia. Após quatro anos de negociações entre as Forças Armadas Revolucionárias de Colômbia (FARC) e o governo colombiano, foi realizado um plebiscito, em 02 de outubro de 2016, com o intuito de se estabelecer um acordo de paz pondo fim em um conflito que já durava pelo menos cinco décadas e afetava principalmente a população civil. Diante da pergunta “*¿Apoya usted el acuerdo final para la terminación del conflicto y la construcción de una paz estable y duradera?*”, por uma diferença de aproximadamente 0,43% dos votos válidos, a população optou, surpreendentemente, pelo “não” (Registraduría Nacional del Estado Civil, 2016). A surpresa com o resultado se deveu ao amplo apoio pelo Acordo por diversos setores da sociedade, como o governo, a maioria dos partidos políticos e setores de opinião, além dos resultados de pesquisas preliminares, que indicavam a vitória por ampla margem do “sim” (BELTRÁN, CREELY 2016). Ao investigarem as razões que levaram a esse resultado, Beltrán e Creely (2016) apontam o papel de igrejas evangélicas, sobretudo pentecostais em torno de questões envolvendo gênero como um dos principais fatores para a decisão de não se firmar o acordo.

Na visão dos autores, o Acordo, apesar de não estar diretamente envolvido na cruzada antigênero, possuía um enfoque nas questões de gênero ao reconhecer as particularidades e desproporção das violências às quais mulheres e membros da comunidade LGBTQIA+ foram submetidos durante o conflito armado. Ambos os grupos viviam riscos constantes de violência, incluindo sexual e assédio, principalmente em áreas de conflito, onde grupos armados ilegais “impuseram uma ordem social que reproduzia, e até ampliava, a ordem hegemônica de gênero, discriminando minorias sexuais e punindo atores que não se conformavam ou tentavam questionar essa ordem” (BELTRÁN, CREELY, 2016, p. 490, tradução livre). O acordo teria, portanto, uma preocupação em criar mecanismos que minimizassem, a longo prazo, os efeitos de violência, exclusão e discriminação, à qual, historicamente essa população esteve sujeita.

No entanto, o reconhecimento da situação dessas mulheres e da população LGBTQIA+ foi o suficiente para desencadear uma reação em setores conservadores

da sociedade colombiana, levando à formação de uma campanha publicitária para a promoção do voto “não”, disseminada em nos meios de comunicação, com destaque para as redes sociais (PRADO, 2016). Segundo Muelle (2017), essa campanha, que acusava o Acordo de promover “ideologia de gênero”, foi encabeçada pelo partido político Centro Democrático - que já havia se colocado em permanente oposição às reivindicações de mulheres e população LGBTQIA+ - em prol de denominações evangélicas, principalmente as ligadas ao Conselho Evangélico Colombiano. Já a Igreja Católica, representada pela Conferência Episcopal Colombiana, havia anunciado que se manteria neutra na votação do Acordo. No entanto, afirma a autora, antes da realização do plebiscito, já havia indícios de que discursos sobre “ideologia de gênero” influenciariam na votação, tendo a Igreja Católica, nesse contexto, um papel central.

Dois meses antes do plebiscito, ocorreu um acalorado debate na esfera pública colombiana em torno da suposta publicação da cartilha “*Ambientes escolares libres de discriminación*”, elaborada pelo Ministério da Educação. Visando diminuir casos de discriminação por motivos de diversidade sexual e de gênero no ambiente escolar, ela seria usada como material pedagógico em aulas de educação sexual em escolas do ensino básico. Sua criação foi uma resposta ao julgamento T.478 de 2015, do Tribunal Constitucional colombiano, que buscou responsabilizar o estabelecimento de ensino Gymnasium el Castillo pelo suicídio, em 4 de agosto de 2014, do jovem homossexual Sergio David Urrego, de 16 anos, em decorrência do assédio homofóbico que sofreu, tanto na escola quanto da parte da família de seu parceiro (MUELLE, 2017). Reconhecendo deficiências do sistema de ensino do país, que davam espaço a situações de intolerância por motivo de orientação sexual e de identidade de gênero, o Tribunal Constitucional exigiu, nesta sentença, que o Ministério da Educação colombiano traçasse estratégias de ação de modo a garantir e fortalecer o exercício de direitos humanos, sexuais e reprodutivos dos alunos em ambiente escolar (BELTRÁN, CREELY, 2016). Foi então elaborada a cartilha, mas sua publicação, dois meses antes do plebiscito, foi amplamente contestada e acusada de promover “ideologia de gênero”. Como resultado, aconteceu nas principais cidades colombianas, em 10 de agosto de 2016, uma série de manifestações massivas contrárias à publicação e distribuição das cartilhas nas escolas.

Beltrán e Creely (2016) apontam que Ángela Hernández, deputada pentecostal e uma das líderes dessas manifestações, afirmava que o intuito da cartilha era incentivar a homossexualidade e promover uma “colonização” da população LBGTQIA+ nas escolas. Os autores destacam também a participação de alguns representantes das vertentes mais conservadoras do catolicismo, liderados por Alejandro Ordoñez, então procurador-geral do país, que afirmou ser a cartilha voltada supostamente para a doutrinação de crianças e jovens com ideologia de gênero, além de estar contribuindo para dissolver a família e corromper a infância. Assim, Beltrán e Creely (2016, p. 493-4, tradução livre) concluem que:

Nesta ocasião, aqueles que se mobilizaram contra a "ideologia de gênero" o fizeram em "defesa da família" e dos "valores" tradicionais e contra a "colonização homossexual". Nesse sentido, evidenciou-se que grande parte da população colombiana (que continua sendo majoritariamente cristã, em suas versões católica ou pentecostal) se sente ameaçada pelas medidas que o Estado vem tomando no que diz respeito ao reconhecimento dos direitos humanos à população LGBTI, e manifestou sua insatisfação com qualquer iniciativa que busque quebrar a discriminação e estigmatização que essa população historicamente sofreu. Na Colômbia, as conquistas em relação ao reconhecimento legal dos direitos da população LGBTI foram possíveis graças a algumas decisões da Corte Constitucional, pois justamente por seu custo político, o Congresso colombiano se recusou a legislar sobre essas questões.

O que se observa é uma tensão entre as conquistas de movimentos sociais ditos progressistas com os valores cristãos, que pregam, na maioria de suas expressões religiosas, por exemplo, a proibição do aborto, o caráter supremo da família tradicional e um papel também “tradicional” da mulher, marcado por essencializações da figura feminina. Ainda que ameaças contundentes a esses valores, em muitos casos, não viessem a ocorrer, Miskolci e Campana (2017) apontam que bastou a possibilidade de acontecerem para criar um “pânico moral” que mobilizasse os setores conservadores a agirem. Para os autores, a chegada de mulheres de esquerda à Presidência (Dilma Rousseff, no Brasil, e Cristina Kirchner, na Argentina) foi encarada pelos conservadores como uma intensificação das possibilidades de que transformações indesejadas viessem a acontecer.

Havia uma especial preocupação com a educação das crianças, principalmente por parte dos segmentos cristãos, que as enxergam como as principais vítimas da “ideologia de gênero”, que as impediria de formarem adequadamente a identidade masculina ou feminina. Foi diante desse cenário que

ocorreu a aproximação, no plano moral, entre igrejas pentecostais e setores conservadores da Igreja Católica, levando-os, portanto, a combater, em conjunto, a “ideologia de gênero”.

1.2.3 Brasil

No caso brasileiro, a luta contra a “ideologia de gênero” se intensificou a partir de 2011 em reação à decisão do STF, que equiparou o casamento homoafetivo ao heterossexual, concedendo o mesmo status a ambos, e principalmente, em decorrência dos debates sobre a inserção da temática de gênero e luta contra homofobia em âmbito educacional. A ideologia de gênero, nesse contexto, ganhou força e se popularizou como ameaça em meio às discussões do material do Programa Escola Sem Homofobia - do Ministério da Educação durante o Governo Dilma Rousseff - e aos acalorados debates realizados durante a tramitação do Plano Nacional de Educação (PNE) de 2012 até sua aprovação em 2014, assim como das votações dos Planos Municipais de Educação, entre 2015 e 2016.

O Plano Nacional da Educação é o principal documento utilizado na condução e organização de políticas públicas na área da educação e estabelece metas e estratégias para o ensino no Brasil no período de dez anos. Ele foi proposto em 2010 e, após intensos debates envolvendo diversos setores da sociedade civil, foi aprovado, em abril de 2014, no Congresso Nacional, pela então presidente Dilma.

Rosado-Nunes (2015, p. 1241) mostra que, à época, um trecho do texto original do projeto incluía entre as diretrizes do ensino a superação das desigualdades educacionais, “com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual”. Entretanto, após forte oposição de setores conservadores da Igreja Católica e de grupos evangélicos - durante a votação na comissão - o trecho em questão, que ganhou a alcunha de “ideologia de gênero”, foi substituído por “promoção da cidadania e erradicação de todas as formas de discriminação” (ibidem).

Os que se posicionaram contra essa mudança argumentaram que tal trecho tinha como intuito dar maiores garantias no combate à homofobia e às desigualdades de gênero, principalmente em se tratando da violência contra a mulher. Por outro lado, havia a compreensão, por parte dos parlamentares, de que a “promoção da igualdade de gênero e de orientação sexual” abriria brechas para

tornar legal a distribuição de material escolar e a realização de atividades, que, supostamente, incentivassem a homossexualidade.

Vale destacar que, segundo Machado (2018), até então, o ativismo católico tinha um maior enfoque na chamada defesa da vida (rejeição do direito ao aborto) enquanto os políticos pentecostais tinham como prioridade reprimir tentativas de ampliação de direitos sexuais, pois se viram ameaçados pelo PL 122/2006, que visava a criminalização da homofobia. Diante da tramitação do PNE, no entanto, observou-se uma aproximação entre parlamentares católicos e pentecostais que começaram a relatar ou assinar, conjuntamente, projetos voltados à proibição do aborto e à inserção da perspectiva de gênero em políticas públicas educacionais.

Já a preocupação em relação à abordagem de gênero em materiais didáticos está diretamente relacionada a outra controvérsia iniciada ao final de 2010, em torno do material pejorativamente chamado de "kit gay". Segundo Filho, Coelho e Dias (2018), tal material foi produzido no âmbito do Projeto Escola sem Homofobia, proposto pelo Ministério da Educação, coordenado por Fernando Haddad e por ONGs nacionais e internacionais, com aprovação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Ele era composto por um caderno, boletins, materiais audiovisuais, cartaz e carta de apresentação para os/as gestores/as em educação e seria usado com o intuito de combater a homofobia nas escolas brasileiras, posto os recorrentes episódios de *bullying* escolar em decorrência da orientação sexual.

Na ocasião, Jair Bolsonaro - então deputado federal pelo Partido Progressista (PP) do Rio de Janeiro, ao lado de políticos ligados às bancadas evangélica e católica - acusou o material, enfatizando seu apelidado de "kit gay"⁹. Prevalencia a ideia, por parte dos opositores ao projeto, de que o material representava uma grande ameaça às crianças e aos adolescentes, em decorrência da suposta "perniciosa ideologia" nele contido, capaz de sexualizar precocemente crianças e adolescentes e de normatizar a prática homossexual (BALIEIRO, 2018). Assim, após grande pressão realizada, principalmente por parlamentares evangélicos, Dilma Rousseff optou por vetar o projeto, atestando "que o governo Dilma concordou que

⁹ Vale frisar que, como parte de sua estratégia de campanha eleitoral, em 2018, Bolsonaro fez forte oposição a tal projeto e aos temas ligados à gênero e sexualidade, associando sua imagem à ideia de defensor da "família tradicional brasileira" (FILHO; COELHO; DIAS, 2018).

poderia haver incitação à homossexualidade no material, corroborando a ideia de que a iniciativa educacional continha ameaça às crianças" (BALIEIRO, 2018, p. 08). No entanto, Filho, Coelho e Dias (2018) afirmam que as pressões realizadas em torno do material eram uma manobra política perante a instabilidade do governo diante das acusações de enriquecimento ilícito do então Ministro Chefe da Casa Civil, Antonio Palocci. Assim, caso Dilma não proibisse a distribuição do material, os parlamentares da Frente Parlamentar Evangélica investiriam no pedido de investigação patrimonial.

Os anos seguintes foram marcados pela elaboração de diversos projetos de lei que visavam proibir a tal "ideologia de gênero" na educação. Chama a atenção, nesse contexto, as votações e debates dos planos estaduais e municipais de educação, a partir de 2015, que também foram atravessados pela investida antigênero. Nas câmaras municipais, houve forte participação de manifestantes, religiosos ou não, defendendo a manutenção da família nuclear tradicional marcada pela divisão sexual a partir do binarismo biológico e da heteronormatividade desde a infância (FILHO; COELHO; DIAS, 2018).

Apesar de majoritariamente prevalecer, em muitos municípios, a decisão de retirada da palavra "gênero" dos planos de educação, Barreiro e Martins (2016, p. 96-7) apontam a importância da realização de discussões de gênero e sexualidade em sala de aula como forma de combater as mais distintas formas de opressão e de discriminação, bem como de se construir um espaço em que haja respeito às diferenças e aos direitos das mulheres e da população LGBTQIA+:

As discussões emergiram do embate político federal e posteriormente estadual e municipal sobre a necessidade de se trabalhar e discutir com as crianças – desde a pré-escola – as maneiras arbitrárias e impositivas de construção das masculinidades e feminilidades, as quais configuram um território prescritivo e pouco livre para as manifestações de meninos e meninas que queiram experimentar atividades e fazeres outros, não socialmente inscritos pelas convenções socioculturais hegemônicas e colonizadas para um determinado sexo biológico. Dessa forma, a defesa da inserção dos estudos de gênero na educação básica brasileira visa não meramente propiciar a livre manifestação de gênero, mas também desenvolver a longo prazo um trabalho de construção da equidade de direitos, partindo das diferenças das identidades e/ou dos papéis de gênero. Assim, os valores hierárquicos historicamente herdados do patriarcado e que operam para a permanência das desigualdades entre homens e mulheres e entre as atividades masculinas e femininas seriam, pouco a pouco, destituídos do espaço da educação institucional. E promoveriam, por meio de diferentes dispositivos pedagógicos, formas de compreensão que permitam abranger as profissões, as funções sociais, o direito ao corpo e o exercício pleno da cidadania como parte do processo da subjetividade, e não meramente como marcadores

sociais das diferenças determinantes nas escolhas e nas posições (sociais, políticas e econômicas) de homens e mulheres no decorrer de suas vidas.

Analisando, portanto, as reações contrárias à expansão de gênero nas políticas públicas educacionais, observa-se a elaboração de um discurso estratégico que apontava a conquista de direitos de mulheres e população LGBTQIA+ como uma ameaça às crianças, transformando, concomitantemente, seus adversários em inimigos capazes de abalar as bases da sociedade (BALIEIRO, 2018). E foi justamente nesse contexto que a ESP, na figura de seu fundador e líder, o advogado paulista Miguel Nagib, tornou-se um importante empreendedor moral e mesmo um cruzado (BECKER, 2009) contra a “ideologia de gênero”. Portanto, embora a reação dos atores religiosos em relação aos estudos de gênero tenha se dado de maneira independente à formação da ESP, o combate à “ideologia de gênero” foi o que permitiu sua articulação com os atores políticos conservadores e/ou religiosos.

2 DO MITO FUNDADOR À INCONSTITUCIONALIDADE: UM BREVE HISTÓRICO DA ESP

“As pessoas que querem fazer a cabeça das crianças associam as duas coisas e acabam dizendo que Che Guevara é um santo” (BEDINELLI, 2016). Essa frase, dita por Miguel Francisco Urbano Nagib, remete a um episódio repetido inúmeras vezes por ele em diversas entrevistas e que veio a se tornar o mito fundador da Escola Sem Partido. Nagib, declaradamente católico e conservador, motivado pela sua insatisfação quanto à comparação entre Che Guevara e São Francisco de Assis, feita pelo professor de sua filha, viu a necessidade de controlar a ação dos docentes e o conteúdo ministrado em sala de aula. Foi dessa forma que nasceu, em 2004, a Associação Escola Sem Partido, definida, em seu antigo site, como uma iniciativa de “estudantes e pais preocupados com a contaminação político-ideológico das escolas brasileiras, em todos os níveis de ensino: do básico ao superior”, sendo Nagib o coordenador e principal articulador das pautas da associação.

A Associação foi formada com a justificativa de que crianças e adolescentes estariam sob ameaça diante da exposição ao que ficou conhecido como “doutrinação marxista”. Seus proponentes afirmavam que, no âmbito da educação brasileira, haveria sistemática doutrinação ideológica, praticada, principalmente, por professores da rede pública, do ensino fundamental à universidade. Tais docentes, lançando mão de uma estratégia “gramscista de tomada do poder”, teriam feito com que a esquerda política viesse a “dominar todas as áreas da vida social no Brasil”. É essa justificativa que os proponentes da ESP apresentaram para defender um programa que, supostamente, visaria garantir a não doutrinação de estudantes, o respeito às convicções políticas e religiosas dos pais dos educandos e deles próprios, bem como a não-interferência do Estado em temas ligados à gênero e prática pedagógica.

Apesar de sua significativa visibilidade nacional, a ESP não teve, no entanto, repercussão até meados de 2010. Segundo Colombo (2018), isso ocorreu devido à incompatibilidade de suas bandeiras com o contexto dos governos Lula, período em que foram criadas políticas que visavam a diminuição das disparidades sociais, inclusive de gênero e raça. A primeira ocasião em que a ESP ganhou certa

notoriedade foi em 2008, quando foi publicada na revista *Veja* uma matéria intitulada “Você sabe o que estão ensinando a ele?”, sugerindo a suposta existência de um movimento de doutrinação no ambiente escolar.

Foi só a partir de 2010, no entanto, que surgiram os primeiros sinais de significativa ascensão da ESP no debate público, segundo Carvalho, Polizel e Maio (2016, p. 196). Isto se deu a partir de três vetos governamentais, concedidos em função de pressões políticas e governamentais:

a) a retirada de ações referentes à promoção de direitos sexuais, reprodutivos, laicos, de livre expressão e de reparação contra os crimes da ditadura do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) – realizada pelo então Presidente Lula em 2009; b) a proibição no Governo Dilma, em 2011, ao Programa Educacional Brasil Sem Homofobia no ensino fundamental e médio; e, c) a ampla campanha contra a diversidade sexual e cultural nos planos decenais de educação a partir de 2014 que inabilitou a educação para os gêneros e para os pertencimentos sociais como metas educacionais a serem cumpridas no país como um todo.

Colombo (2018) afirma que - ainda no ano de 2013, mediante a emergência de movimentos conservadores, a exemplo do que ficou conhecido como "Jornadas de junho de 2013" (ELLWANGER, 2018), e representados por organizações como o Movimento Brasil Livre (MBL) - a ESP ganhou certo protagonismo e adotou novas estratégias de atuação e de alianças. Se, inicialmente, seu foco foi na denúncia à suposta doutrinação marxista no ambiente escolar, agora acrescentou à sua pauta o intenso combate à chamada ideologia de gênero.

Vale salientar que as ideias antimarxistas de Nagib lhe cederam espaço junto ao Instituto Millenium, um *think thank* ultraliberal, existente desde 2005, do qual ele foi membro mantenedor e articulista de 2009 a 2013 e cujas pautas visavam a defesa do livre mercado e limitações do poder do Estado (REZENDE, 2021). Foi, então, diante de um cenário em que se observou o fortalecimento de uma nova direita conservadora e antidemocrática na arena política nacional que a ESP se aproximou de diversos segmentos sociais, principalmente grupos da extrema direita, em especial os alinhados ao falecido escritor Olavo de Carvalho, e que relacionam como suposta estratégia comunista a dissolução da moral familiar e sexual, predominante na sociedade (MIGUEL, 2016; REZENDE, 2021). Afirma Miguel (2016, p. 601):

A fusão da denúncia da doutrinação marxista de inspiração gramsciana com a oposição à “ideologia de gênero” obedeceu, assim, ao senso de oportunidade do Escola Sem Partido. Deu a ele aliados de peso, uma capilaridade com a qual nem poderia sonhar e um discurso com ressonância popular muito mais imediata.

Dessa maneira, afirma Miguel, ao sobrepor o combate ideologia de gênero à doutrinação marxista, o discurso da ESP ganhou um novo fôlego e a defesa de uma educação supostamente neutra cedeu espaço ao debate sobre a primazia da família sobre escola, em que interdita a possibilidade de professores transmitirem, em sala de aula, quaisquer conteúdos que entrem em contradição com os valores prezados pelos pais. Foi após a incorporação do discurso antigênero e formação de alianças que a ESP adotou uma nova estratégia de atuação na educação formal do país, apostando na proposição de projetos de lei baseados em seus princípios e valores.

2.1 Projetos de lei

Visando à promoção de seu discurso, agora no campo legal, surgiu o primeiro projeto de lei baseado nos princípios da ESP, apresentado pelo então deputado estadual Flávio Bolsonaro (PSC), em 2014, na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. Tal projeto, elaborado por Nagib a pedido do próprio Flávio, teve como base a suposta defesa da neutralidade e da objetividade do ensino, o combate à suposta doutrinação de esquerda nas escolas e ao que eles chamam de “ideologia de gênero” (PENNA; SALLES, 2017). Alguns meses depois, foi a vez de seu irmão, o vereador Carlos Bolsonaro (PSC), apresentar na Câmara de Vereadores carioca um projeto muito parecido, contendo apenas pequenas alterações.

O projeto de lei elaborado por Nagib visava incluir nos parâmetros curriculares nacionais, estaduais e municipais os valores da ESP. O texto do projeto de lei foi disponibilizado em um novo site para que qualquer cidadão ou autoridade política pudesse ter fácil acesso e, assim, propusesse algo semelhante em suas respectivas casas legislativas. Segundo seu criador, seu objetivo principal, caso virasse lei, era o de informar os alunos sobre os direitos que possuem para evitar a chamada doutrinação da parte de seus professores por meio da fixação de um cartaz nas salas de aula com os deveres do docente. Tal modelo de cartaz (**Error! Reference source not found.**), disponível no site da ESP, foi amplamente divulgado em suas mídias digitais.

Figura 1: Deveres do professor



Fonte: <http://www.escolasempartido.org/blog/deveres-do-professor/>

A partir de 2014, muitos projetos inspirados naquele elaborado por Nagib foram apresentados na Câmara dos Deputados, no Senado Federal e em diversas casas legislativas estaduais e municipais. Em um primeiro mapeamento, estimou-se que, até novembro de 2017, projetos afins tramitavam em 15 assembleias legislativas e em 66 cidades de 22 unidades federativas (ROCHA, 2017). Já um mapeamento mais recente indica que, de 2011 até 2020, foram propostos, ao todo, 236 projetos, dos quais 213 foram apresentados em níveis: estadual e municipal (Gráfico 1) e 23 no Congresso Nacional (MOURA; SILVA, 2020).

Gráfico 1: Projetos de lei propostos em âmbitos: municipal, estadual e distrital

Fonte: Moura, Silva (2020)

Como pode ser observado no gráfico acima, o ano de 2017 foi aquele em que mais houve maior proposição de tais projetos de lei. Vale lembrar que aquele foi o ano que a ESP ganhou mais destaque na esfera legislativa dados os intensos debates ocorridos sobre os projetos de lei da ESP em âmbito federal na Câmara dos Deputados, que se iniciaram em 2016 e alongaram-se até final de 2017. Foi criada uma comissão especial, em outubro de 2016, cujo objetivo era discutir e proferir um parecer referente aos projetos de lei. A fim de fomentar a participação popular no âmbito desse debate, foi aprovada a realização de uma série de audiências públicas e seminários, que contaram com a participação de diversos estudantes, professores, especialistas da área da educação, juristas, autoridades políticas e representantes de entidades que expuseram pontos de vistas a favor e contrários ao projeto.

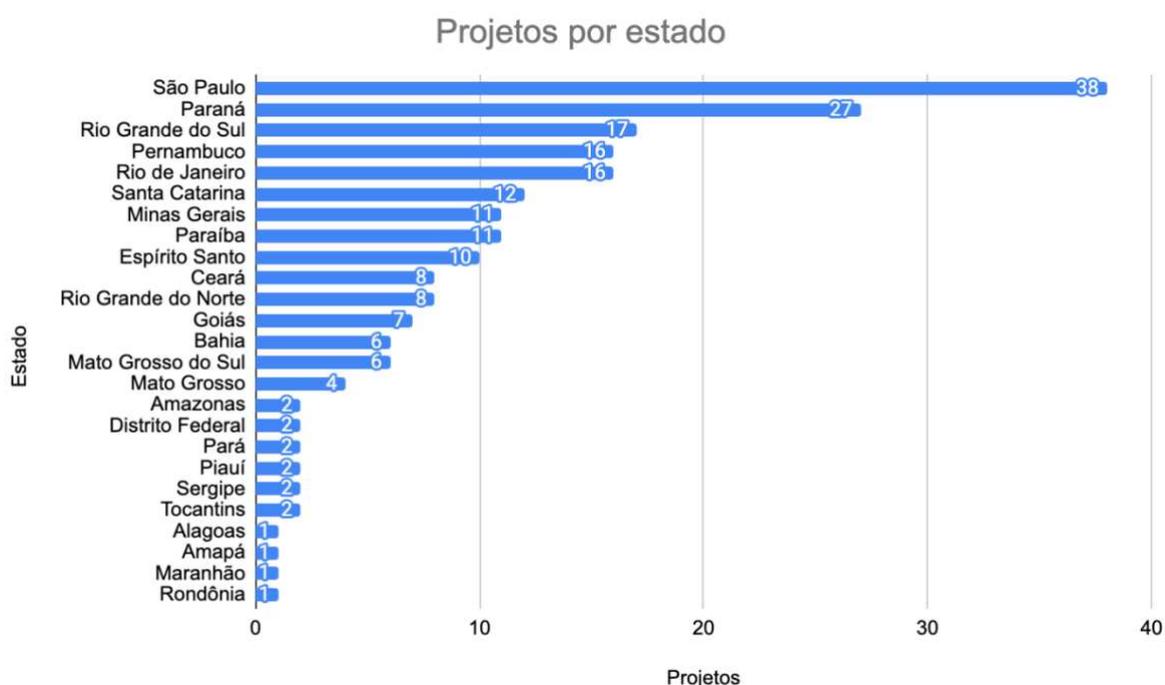
Foram realizadas em 2017, ao todo, 19 audiências públicas em Brasília com a participação de 48 convidados. Foram ouvidas também oito entidades representativas: a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino, a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, a União Nacional dos Estudantes, o movimento Todos pela Educação, o Movimento Brasil Livre, a União Brasileira dos

Estudantes Secundaristas e a Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino.

Além disso, até o final de 2018, seminários ocorreram nas Assembleias Legislativas de São Paulo e Maranhão e nas câmaras municipais de Campinas (SP), São José dos Campos (SP), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA) e Campo Grande (MT). Foram aprovados requerimentos para a realização de seminários nas cidades de Ariquemes e Porto Velho (RO), Caruaru (PE), Belo Horizonte (MG), Fortaleza (CE) e Porto Alegre (RS).

Outro dado importante levantado por Moura e Silva (2020) diz respeito aos estados que mais apresentaram os ditos projetos de censura, de 2011 a 2020. Como mostra o Gráfico 2, o estado de São Paulo foi onde mais foram apresentados tais projetos, seguido do Paraná e do Rio Grande do Sul. Em relação às regiões, observa-se que o Sudeste e Sul foram as que mais tiveram apresentação de tais projetos: um total de 75 e 56, respectivamente.

Gráfico 2: Projetos de lei da ESP apresentados por unidade federativa



Fonte: Moura, Silva (2020)

Já em relação às legendas dos propositores desses projetos, Carvalho, Polizel e Maio (2016, p. 200-1), mostram que o “Partido Social Cristão (PSC), a maior sigla da bancada evangélica, é o primeiro em número de proposições, seguido pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) – atual MDB, cabe dizer - e do Partido da Social Democracia Brasileira” (PSDB), sendo que 11 dos 19 proponentes de projetos inspirados pela ESP analisados por eles possuem vínculos com alguma igreja cristã.

No Congresso Nacional, até 2018, esses projetos tramitaram tanto no Senado quanto na Câmara dos Deputados. No primeiro caso, o PL 193/2016, de autoria do senador Carlos Magno (PR-ES), que “inclui entre as diretrizes e bases da educação nacional o Programa Escola sem Partido”, provavelmente, receberia um parecer desfavorável do relator Cristovam Buarque, levando Magno Malta a pedir seu arquivamento, em novembro de 2017. Segundo este então senador, optar pelo arquivamento foi uma questão estratégica, pois seria uma forma de fortalecer os projetos que tramitam na Câmara dos Deputados e que têm maiores chances de receber um parecer favorável de seu relator, o deputado Flavinho, do PSB-SP (CASTRO, 2016).

Já na Câmara de Deputados tramitaram seis projetos: o PL7181/2014, PL867/2015, PL1859/2015, PL6005/2016, PL5487/2016 e PL8933/2017, todos apensados a um sétimo, o PL 7180/2014, este de autoria do deputado baiano Erivelton Santana (PEN) – atual Partido Patriota (PATRI) -, ligado à Assembleia de Deus e membro da Frente Parlamentar Evangélica. O PL 7180/2014 “altera o art. 3º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, inclui entre os princípios do ensino o respeito às convicções do aluno, de seus pais ou responsáveis, dando precedência aos valores de ordem familiar sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa”. Amparado do artigo 12 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, conclui que “a escola, o currículo escolar e o trabalho pedagógico realizado pelos professores em sala de aula não devem entrar no campo das convicções pessoais e valores familiares dos alunos da educação básica. Esses são temas para serem tratados na esfera privada”.

Já os projetos 1859/2015, 5487/2016 e 8933/2017 versam sobre temas ligados a gênero e sexualidade na educação. O primeiro prevê a “proibição de

adoção de formas tendentes à aplicação de ideologia de gênero ou orientação sexual na educação” e o segundo institui a “proibição de orientação e distribuição de livros às escolas públicas pelo Ministério da Educação e Cultura que verse sobre orientação de diversidade sexual para crianças e adolescentes”. Já o PL 8933/2017, de autoria do deputado federal Pastor Eurico (PHS-PE), membro da Igreja Evangélica Assembleia de Deus em Pernambuco, prevê a obrigatoriedade de uma autorização dos pais ou responsáveis legais do aluno para o ensino de educação sexual. Tem como justificativa o suposto desprezo de setores “progressistas” por valores humanos básicos, principalmente aqueles relacionados à família, sendo “notável que o que o mundo tem apresentado como modelo de educação sexual – e que tentou ser adotado pelos últimos governos – é uma distorção, quando não uma completa negação, do plano que a maioria das famílias brasileiras cristãs entende como correto para a sexualidade humana”.

A interdição do debate sobre questões de gênero em ambiente escolar está prevista nos projetos de lei estimulados pela ESP, em debate na Câmara dos Deputados. O ensino de gênero nas escolas é visto como uma estratégia de doutrinação, posto que tal discussão é encarada como suposta perpetuação de uma ideologia, que ficou conhecida por “ideologia de gênero”. A proibição dessa discussão no ambiente escolar ganhou força no quadro desses projetos de lei, uma vez que eles determinam que o direito da família de educar seus filhos se sobrepõe à responsabilidade do Estado quanto ao ensino público, além de garantir que aquilo que deve ser ensinado não entre em conflito com as convicções morais dos pais dos alunos¹⁰. Portanto, a lei garantiria que temas relacionados, por exemplo, à homossexualidade não fossem abordados caso esse fosse o desejo dos pais de alunos, mesmo sendo essa uma questão mais abrangente, que envolve o combate à intolerância a um grupo minoritário.

Diante desse empasse, muitos intelectuais, alunos, professores, autoridades públicas e entidades representativas se posicionam contra os projetos de lei defendidos pela ESP. As principais críticas giram em torno de sua (in)constitucionalidade, cerceamento da liberdade de expressão dos professores

¹⁰ Em decorrência de tal posição viria a ser aprovado na Câmara dos Deputados em maio de 2022 um projeto de lei permitindo o ensino domiciliar, conhecido como *home schooling*, realizado pelos próprios pais de alunos, algo ainda a ser tramitado no Senado Federal.

mediante a interdição de abordagens que envolvem temas morais controversos, como gênero e sexualidade.

Deborah Drupat, procuradora federal dos direitos cidadãos do Ministério Público Federal, recorrentemente atacada pela ESP em suas redes sociais, declarou em nota técnica (01/2016) que o PL 7180/2014 e seus apensados revelam uma relutância na compreensão da sociedade como aberta à multiplicidade de ideias e visões de mundo e da escola como um lugar estratégico, que visa a emancipação política e o fim de ideologias sexistas. Dessa maneira, o PL seria inconstitucional por confundir a educação escolar com a oferecida pelos pais e, por consequência, os espaços públicos e privados; por impedir a pluralidade e concepções pedagógicas; por negar o direito de cátedra; e por contrariar o princípio de laicidade do Estado ao permitir a prevalência de visões morais e religiosas em espaços público, como é o caso do ambiente escolar.

O docente da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP) e coordenador da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Daniel Cara, em entrevista para o Centro de Referências em Educação Integral, em 2017, argumentou que a neutralidade política seria impossível de ser atingida, dado que qualquer tema que o professor venha a abordar não será totalmente ausente de seu juízo de valor. Ele defende que o docente não deva ser privado de expressar suas visões de mundo, mas que, também, deve expor outras referências para que o aluno entenda a totalidade da discussão sobre determinado assunto: “O Paulo Freire dizia que os professores precisam apresentar suas leituras de mundo, mas não podem se limitar a elas”.

Natacha Costa, diretora da Associação Cidade Escola Aprendiz, complementou Daniel Cara afirmando acreditar que o estudante não pode ser tratado como vulnerável, mas como um sujeito dotado de história, concepções e ideias. Caberia à escola trabalhar de forma a permitir que o estudante reflita, formule hipóteses e interprete o mundo de diferentes maneiras, desenvolvendo autonomia sobre seu próprio processo educativo.

Em entrevista ao portal de notícias G1, em agosto de 2016, o então ministro da Educação, Mendonça Filho, declarou ser a favor de uma educação de qualidade e plural que propicie ao aluno acesso a várias fontes de conhecimento, mas disse não acreditar que a questão sobre a ocorrência de doutrinação em sala de aula será

resolvida por meio de legislação. Para ele, é necessário que os professores sejam bem-preparados e que haja um controle social feito conjuntamente entre pais, alunos, escola e comunidade

Portanto, a ESP dividiu opiniões e um consenso sobre o tema pareceu improvável. Ao mesmo tempo em que aqueles a favor do programa se dizem preocupados com a estrutura e a qualidade da educação brasileira, defendendo um ensino pautado pelo que compreendem como neutralidade política e ideológica, eles se baseiam no argumento de que a doutrinação é um dado já constatado e verídico. Doutrinação esta que ocorreria, sobretudo pelo pensamento que muitos defensores dessa posição denominam “esquerdista”. Isso indica que se trata de um projeto ideológico, pois reflete o posicionamento de um grupo específico da sociedade brasileira acerca dos rumos que o ensino formal no país deveria seguir, ao mesmo tempo que se opõe, de forma agressiva, às posições contrárias à sua.

2.2 A ESP em face do governo Bolsonaro

A campanha eleitoral de 2018 foi o fator central da construção da aliança entre a ESP, sob liderança de Nagib, com Jair Bolsonaro. Este, além de ter como parte de sua proposta eleitoral o combate à suposta doutrinação marxista e sexualização precoce de crianças e adolescentes, não mediu esforços para disseminar falsas acusações quanto ao programa Escola Sem Homofobia, apelidado pejorativamente de “kit gay”. Colocando-se como defensor da família tradicional, Bolsonaro apoiou ostensivamente a ESP como um meio de combate à “doutrinação escolar” e à “ideologia de gênero” (REZENDE, 2021). No entanto, após sua eleição, tal aliança mostrou seus primeiros sinais de fragilidade. Para Rezende (2021), durante o governo Bolsonaro (2019 – 2022), não houve um envolvimento do presidente para com a referida associação movimentista, de forma a serem até antagônicas as proposições da ESP com as decisões governamentais. Isso se evidenciou na composição ministerial, em que diferentes frentes e alas dentro do governo Bolsonaro – como a olavista, a dos militares e dos evangélicos -, dotadas de objetivos e aspirações particulares, fizeram barganha política para angariar nomeações, sem, no entanto, privilegiar a associação movimentista:

(...) a escolha para o primeiro representante da pasta de Educação se sucedeu a partir do embate entre alguns nomes: Guilherme Schelb,

procurador da república ligado ao ESP e militante contrário à ideologia de gênero; Mozart Neves, professor universitário e representante do Instituto Ayrton Senna; Stavros Xanthopoulos, consultor ligado à Fundação Getúlio Vargas (FGV) e defensor da educação à distância (EAD) e; Ricardo Vélez, cristão, conservador e próximo ao Exército. Nagib também foi um dos nomes cotados pela mídia nacional para assumir a pasta (MASCARENHAS, 2018). Diante dos diversos interesses, condições, atores e recursos postos nesse processo definidor, Vélez foi escolhido como ministro (REZENDE, 2021, p. 224)

Além disso, vale frisar que sua a maior parte tinha dos projetos de lei relacionados a esse tema foram apresentados até 2018. Com a mudança da legislatura, eles foram arquivados, havendo apenas dois novos projetos, baseados nos princípios da ESP, propostos na Câmara dos Deputados, em 2019, por Bia Kicis¹¹ (PSL-RJ): o PL 246/2019, e pelo deputado Otoni de Paula (PSC/RJ): o PL 2692/2019. No entanto, tais projetos já não contavam com a mesma força dos anteriores. Como mostram Moura e Silva (2020), apesar da chegada de Jair Bolsonaro à Presidência da República não houve empenho suficiente da parte do governo para que a ESP se tornasse foco de parte de suas políticas e, por consequência, a associação movimentista não avançou no âmbito Legislativo. Além disso, se durante a campanha eleitoral, houve uma ênfase muito grande em pautas moralistas e conservadoras, como as envolvendo gênero e sexualidade, estas foram relegadas à segundo plano, já em 2019, em razão do maior enfoque nas pautas econômicas, a exemplo da reforma da Previdência. (REZENDE, 2021).

Em tal contexto, seis meses após a posse de Bolsonaro, Miguel Nagib, iniciador e líder dessa associação, deixou clara sua insatisfação quanto à falta de apoio do presidente, anunciando nas redes sociais, pela primeira vez, o fim das atividades da ESP, a partir de 1º de agosto de 2019. Nagib mencionou também inúmeras tentativas frustradas de colocar em pauta as demandas do movimento junto a Abraham Weintraub, então ministro da Educação. Relatou ainda as dificuldades de financiamento, além do acúmulo de tarefas que recaíam sobre ele (BASÍLIO, 2019):

Quem produz o conteúdo, cuida das páginas, lê e responde e-mails, escuta os áudios, edita os vídeos, analisa o material didático que nos é enviado;

¹¹ Bia Kicis é cunhada de Miguel Nagib e antiga defensora da ESP. Foi uma importante entusiasta nas mobilizações pelo impeachment de Dilma Rousseff e uma das coordenadoras do movimento Revoltados Online.

redige petições, denúncias e pareceres; orienta os estudantes, pais e políticos, dá palestras e entrevistas, sou eu. Além disso, sou eu que pago todas as despesas relacionadas à nossa associação, às nossas páginas e aos eventos realizados em Brasília. Se necessário, pago também as minhas passagens e hospedagens quando sou convidado para dar uma palestra fora de Brasília. Não cobro para dar palestras (só fiz isso duas vezes). Se somarmos todas as doações em dinheiro e material (como camisetas, por exemplo) recebidas pelo ESP nos últimos 15 anos, o valor não chega a R\$ 10 mil.

O anúncio de Nagib gerou certa comoção nas redes sociais, levando-o a anunciar, alguns dias depois, que retomaria as atividades da ESP. Ele não deixou claro, no entanto, se ou como conseguiu angariar apoio político e financeiro para que pudesse levar adiante as pautas do movimento.

Entretanto, o fator que acabaria com as chances de algum projeto de lei da ESP vir a ser aprovado relacionava-se à falta de constitucionalidade. Apesar de todas as críticas que esses projetos de lei receberam, como o de censura ao trabalho do professor no que concerne à sua liberdade de cátedra (FRIGOTTO, 2016; COLOMBO, 2018; PENNA, 2017), a compreensão sobre a falta de constitucionalidade deles viria definir o futuro, não apenas deles próprios, mas do movimento como um todo.

A derrota das pautas da ESP vem se dando, mais recentemente, no Judiciário. O Supremo Tribunal Federal (STF) julgou, em abril de 2020, a Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 457, derrubando a lei nº 1516/2015, de Novo Gama - GO, que trazia inscrito: “Proíbe material com informação de ideologia de gênero nas escolas municipais de Novo Gama”. Poucos meses depois, também foi julgada inconstitucional o projeto de lei alagoano nº 7800/2016, que instituía o programa “Escola Livre”, baseado nos princípios da ESP (MOURA; SILVA, 2020). Com isso, impôs-se, ainda mais, o entrave para aprovação de projetos de lei baseados nos princípios do movimento, sobremaneira o combate à ideologia de gênero.

Observa-se que 2020 foi um ano marcante para a ESP. A escassez de propostas de projetos de lei do movimento, aliada à falta de apoio por parte do governo federal, causou seu enfraquecimento. As decisões do STF serviram para esmaecer ainda mais qualquer pretensão do movimento de avançar com suas pautas no âmbito legislativo. Todos esses fatores levaram Miguel Nagib a anunciar, mais uma vez, o fim da sua participação na ESP e na administração de suas redes sociais. Com isso, foi excluída a página do movimento no Facebook e não se

observou, desde então, nenhuma publicação nova no Instagram, no YouTube e no Twitter. Nagib, por sua vez, aposentado desde 2019, limitou sua militância, principalmente em relação às pautas de gênero, a seus perfis particulares nas redes sociais.

2.3 Religião, laicidade e a ESP

É possível tecer uma compreensão da dinâmica da ESP em torno da temática da religião a partir do trabalho *O peregrino e o convertido: a religião em movimento*, de Danièle Hervieu-Léger (2008). A abordagem da autora não se baseia na ideia da superação do fenômeno religioso via secularização ou na tentativa de se abordar a religião nas sociedades modernas por algum tipo comparação ante as sociedades ditas tradicionais. Ao contrário, a intenção da autora é tentar compreender o fenômeno religioso que resiste à modernidade ou mesmo à pós-modernidade. Ela afirma que, nessas primeiras décadas do século XXI, a religião não tem o mesmo papel como fenômeno estruturante que teve antes dos processos de secularização da vida pública e privada que, provavelmente, atingiram o seu apogeu no decorrer do século XX. A religião passou a ser algo cada vez mais da esfera privada e a noção de que a religião e a modernidade são fenômenos mutuamente excludentes passa a perder espaço (HERVIEU-LÉGER, 2008, p. 21). É como uma reacomodação do fenômeno religioso dentro da sociedade moderna que

Ao mesmo tempo em que se deixa de pensar a religião pelo prisma exclusivamente do desencantamento racional, passa-se a ter um interesse maior pelo processo de decomposição e recomposição das crenças que não se relacionam com o âmbito da verificação e da experimentação, as encontram sua razão de ser no fato de darem um sentido à experiência subjetiva dos indivíduos (HERVIEU-LÉGER, 2008, p. 22).

Nessa reacomodação, a religião não está em toda parte da vida do indivíduo, mas compartimentada em esferas de interesse, em contextos os mais variados. Terá uma multiplicidade de formas, não derivará a sua legitimidade tão somente do poder sobrenatural, mas, também, da autoridade da tradição: ‘uma vez que nossos pais creem, nós cremos’. Os fiéis servirão à legitimação da própria crença, gerando identidade ao separar aqueles que participam ou não dela: “[a religião] é um dispositivo ideológico, prático e simbólico pelo qual se constitui, se mantém, se desenvolve e é controlado o sentimento individual e coletivo de pertença uma linhagem particular de crentes” (HERVIEU-LÉGER, 2008, p. 27).

O imaginário religioso, assim, não estará mais posto numa predição incontornável de uma teoria a qual vaticina que, diante da modernidade, o fenômeno religioso perderá cada vez mais importância. Ao contrário, ele continuará e tenderá a múltiplas formas de expressão. Ela poderá reaparecer, perder influência, voltar a ganhar, se reinventar e, além disso, sofrerá uma colagem que alterará a paisagem moderna das crenças (HERVIEU-LÉGER, 2008, p. 27).

Nesse sentido, a ESP se encaixa como um fenômeno de pano de fundo religioso que engloba diferentes atores, em especial, no campo religioso, os evangélicos e católicos. E não só: sua natureza também é fundamentalmente política. E isto lhe confere algo de moderno dado que não mais limita a religião ao espaço privado — como aconteceu durante o processo de secularização descrito por Hervieu-Léger —, mas ela é trazida ao debate público com uma bricolagem em que se une conservadorismo e uma pletera de denominações religiosas, além de interesses políticos variados. Neste contexto, há de se notar, especialmente, a aversão dos partidários da ESP à chamada “ideologia de gênero”, noção que questionaria os papéis de cada gênero e iria contra a ideia de uma natureza humana. Como visto, segundo essa noção, o gênero seria sempre determinado pela origem biológica ou natural, dos quais resultariam apenas dois gêneros: feminino e masculino, com papéis imutáveis, fixos porque já determinados naturalmente. Essa concepção é condizente com dogma religioso, na qual o ‘criador’ deu vida ao homem e à mulher numa obra que é por si perfeita. Essa concepção pode ser observada em uma de suas postagens no Instagram cuja mensagem é “sou a favor da ideologia de gêneses. Deus criou macho e fêmea”¹².

Outro tema abordado pela ESP no contexto da religião é o recurso à laicidade e argumentos científicos como forma de defender valores cristãos. A estratégia discursiva de se recorrer a dados científicos e afastar ideais religiosos diante de uma controvérsia pública é recorrentemente utilizada por líderes e políticos religiosos na esfera pública brasileira e de outros países latino-americanos, como a Argentina (Mariano, 2011; Machado; Burity, 2014; Vaggione, 2017). Embora orientados por valores religiosos, eles usam da defesa da laicidade do Estado para afirmar e propagar suas concepções e intervir em políticas públicas, como as que envolvem assuntos como gênero e sexualidade. Entretanto, encontram como seus principais

¹² Disponível em: <https://www.instagram.com/p/BsNcEFNBnT7/> Acesso em: 12 ago. 2021

adversários grupos laicistas, feministas e LGBTQIA+, que também recorrem à laicidade do Estado para defender seus interesses. Nesse sentido, para Mariano (p. 2011, p. 244), laicidade do Estado pode ser compreendida, em termos gerais, como

regulação política, jurídica e institucional das relações entre religião e política, igreja e Estado em contextos pluralistas. Refere-se, histórica e normativamente, à emancipação do Estado e do ensino público dos poderes eclesiásticos e de toda referência e legitimação religiosa, à neutralidade confessional das instituições políticas e estatais, à autonomia dos poderes político e religioso, à neutralidade do Estado em matéria religiosa (ou a concessão de tratamento estatal isonômico às diferentes agremiações religiosas), à tolerância religiosa e às liberdades de consciência, de religião (incluindo a de escolher não ter religião) e de culto.

Já Roberto Blancarte (2008, p. 140-1) define laicidade como "um regime de convivência social cujas instituições políticas já não estão mais legitimadas pelo sagrado ou pelas instituições religiosas, se não pela soberania popular. Assim como a democracia, a laicidade é um processo, mais do que um estado de coisas definitivo". Um ponto fundamental que marca o surgimento da laicidade é a transição de um regime social cujas instituições passaram a ter sua legitimidade não nos elementos sagrados ou religiosos, mas na crescente soberania popular. É da legitimidade das instituições políticas em sociedades modernas que se pode entender a especificidade de um regime laico.

Além disso, entender a laicidade como um processo permite explicar como se dá o reconhecimento da influência social e política das instituições religiosas em sociedades formalmente laicas ou que, pelo menos, se observa a separação institucional de Estado e Igreja. Segundo Blancarte (2008), em termos práticos, tal situação se manifesta no embate que ocorre na esfera pública de temas envolvendo mudanças de legislação em relação a matrimônio, divórcio, aborto, entre outras controvérsias públicas, como, no caso do combate à "ideologia de gênero". No caso da América Latina, tais embates se dão, principalmente, contra a Igreja Católica, que, por sua vez, luta por um lado, para manter sua influência na condução de políticas públicas e, por outro, para garantir que ela continue sendo um dos pilares institucionais dessas sociedades.

Mariano (2011) mostra que, no contexto brasileiro, os grupos laicistas, ao lutarem pela defesa de direitos humanos, sexuais e reprodutivos, encontram forte resistência de grupos religiosos e acabam por recorrer à defesa pela laicidade do Estado, visando impedir que a religião exerça influência em áreas como educação, saúde e pesquisa científica. Por outro lado, seus adversários religiosos, principalmente católicos e evangélicos, contam com um ativismo político e midiático para ampliar e legitimar a ocupação religiosa do espaço público. Eles fazem uso de um recurso discursivo de reverência e respeito ao arranjo político-jurídico da laicidade do Estado como forma de garantir a legitimidade de sua intervenção religiosa no debate público. Nesse embate, afirma Mariano, o próprio conceito de laicidade entra em disputa à luz das divergentes interpretações de religiosos e laicistas sobre as características do Estado laico e a legitimidade que grupos religiosos têm na sociedade, bem como o de exercerem funções e poderes na esfera pública.

No caso da ESP, o recurso à laicidade é utilizado de forma a prever a defesa da moralidade cristã, como pode ser observado na fala de Miguel Nagib em uma *live* realizada no dia 13 de maio de 2020:

De acordo com a nossa religião, isso não vai mudar nunca. O Supremo [Tribunal Federal] pode dizer que a homofobia é crime. Não se trata de uma fobia. Se trata apenas de abrir as sagradas escrituras e ver que aquilo, de acordo com a nossa moral, a moral Cristã, que tem dois mil anos, mais dois mil anos do judaísmo, são práticas que a nossa moral considera inclusive pecaminosas. Considera pecados graves, os quais têm o direito de dizer isso para o seu filho. Mas o movimento LGBT não aceita, porque isso cria um estigma, isso cria um estigma. E é esse estigma que eles querem destruir. Mas para destruir este estigma é necessário destruir a nossa religião. Vocês estão entendendo o que acontece? Ok. Existe um estigma contra o LGBT, contra o gay, contra lésbica. Esse é um problema, nós precisamos tratar desse problema e tratar essas pessoas sem preconceito, tratar essas pessoas com humanidade, mas não... Este estigma, que decorre da religião, não podemos destruir a religião para acabar com ele. A nossa Constituição garante a liberdade religiosa, a nossa Constituição garante o Estado laico. O Estado laico não pode hostilizar uma determinada religião. O Estado laico não pode promover uma moralidade que seja hostil a moralidade das nossas... da nossa religião. Não só da nossa, mas da religião islâmica, por exemplo, da religião judaica. O Estado laico não pode fazer isso, os agentes públicos desse Estado não podem fazer isso. Então é... mas é isso que é necessário fazer para acabar com o estigma, esse estigma incômodo, né.

Então se vocês pegarem depois, a gente vai ler trechos dentro do voto do ministro Barroso, ele fala essa palavra estigma umas seis ou sete vezes no voto dele. Que a preocupação do Supremo Tribunal Federal, especificamente do ministro Barroso, mas não só dele, dos colegas também, é acabar com o estigma. Bom só que para acabar com o estigma é

necessário acabar com a moral cristã ou, pelo menos, essa parte, a moral sexual do cristianismo. E isso o Estado laico, em tese, não poderia fazer. E está fazendo no Brasil. Os servidores públicos desse Estado estão tendo, estão usando as suas funções, usando o seu poder para destruir a religião, a nossa religião. Não os ritos, não as narrativas, não os dogmas, mas a moral da nossa religião. A moral da nossa religião é insuportável para essas pessoas, porque ela cria “estigma”.

Na fala de Nagib, nota-se a uma inversão de valores dado que grupos minoritários, historicamente discriminados, assumem o papel de opressores. Por outro lado, as religiões cristãs, sobretudo o catolicismo, representadas, muitas vezes, pela imagem de Jesus Cristo, que são maioria no cenário religioso brasileiro, são interpretadas como oprimidas. Assim, fazendo conexão com a fala de Nagib, o preconceito e a discriminação de homossexuais são justificados em prol da defesa de uma moralidade religiosa, esta protegida pela laicidade do Estado.

3 A ATUAÇÃO DA ESP NO INSTAGRAM

3.1 Instagram: usos e interações da plataforma

A participação mais ativa da ESP nas redes sociais data de meados de 2015, ano em que essa associação movimentista já possuía certa visibilidade nacional. Iniciando suas atividades no YouTube e, principalmente, no Facebook, a ESP logo consegue angariar milhares de seguidores, expandindo, então, sua atuação para o Instagram e Twitter. Além dessas plataformas, a ESP também contava com dois websites, um da própria associação e outro dedicado exclusivamente aos modelos de anteprojeto de lei, baseados em seus princípios. Entretanto, em 2019, tais sites foram repaginados e, atualmente, só há um deles contendo informações sobre a ESP¹³.

Até 2020, sua militância do ocorria principalmente no Facebook, espaço com maior frequência de postagens, além do maior número de seguidores e de engajamento, se comparado com as demais redes sociais. No entanto, em agosto de 2020, Miguel Nagib anuncia o fim de sua participação nas redes sociais da ESP, o que levou à exclusão, tanto da página no Facebook quanto do perfil no Instagram da ESP. Somente o Instagram foi recuperado em março de 2021. Assim, até a finalização desta dissertação, além do seu site, a ESP ainda possuía contas no Instagram, no Twitter e no YouTube. Vale frisar que não foram feitas quaisquer publicações nas redes sociais de tal mobilização após o anúncio de Nagib, com exceção do Twitter, em que novas postagens começaram a ser feitas a partir de maio de 2022.

Dado que a pesquisa tem como foco o Instagram, dentre todas as redes sociais citadas, cabe fazer uma breve descrição da plataforma e do perfil da ESP. Instagram é uma rede social que foi lançada em 2010 pelos engenheiros de programação norte-americanos Kevin Systrom e Mike Krieger, conquistando popularidade muito rapidamente e sendo comprada, em 2012, pelo executivo do Facebook, Mark Zuckerberg. Essa rede social permite o compartilhamento de fotos e vídeos entre os usuários e integração com outros aplicativos e redes sociais.

Cada usuário possui um perfil que pode ser dividido entre perfil pessoal ou empresarial, sendo que a diferença reside nas funcionalidades oferecidas pela

¹³ <https://www.escolasempartido.org/>

plataforma. Por exemplo, quando o perfil é empresarial, é disponibilizado, pela plataforma, o número de vezes que aquele perfil foi acessado por outros usuários, os horários e locais dos acessos, dados como idade e faixa etária dos seguidores, além dos dados sobre as publicações, como o número de visualizações e compartilhamentos.

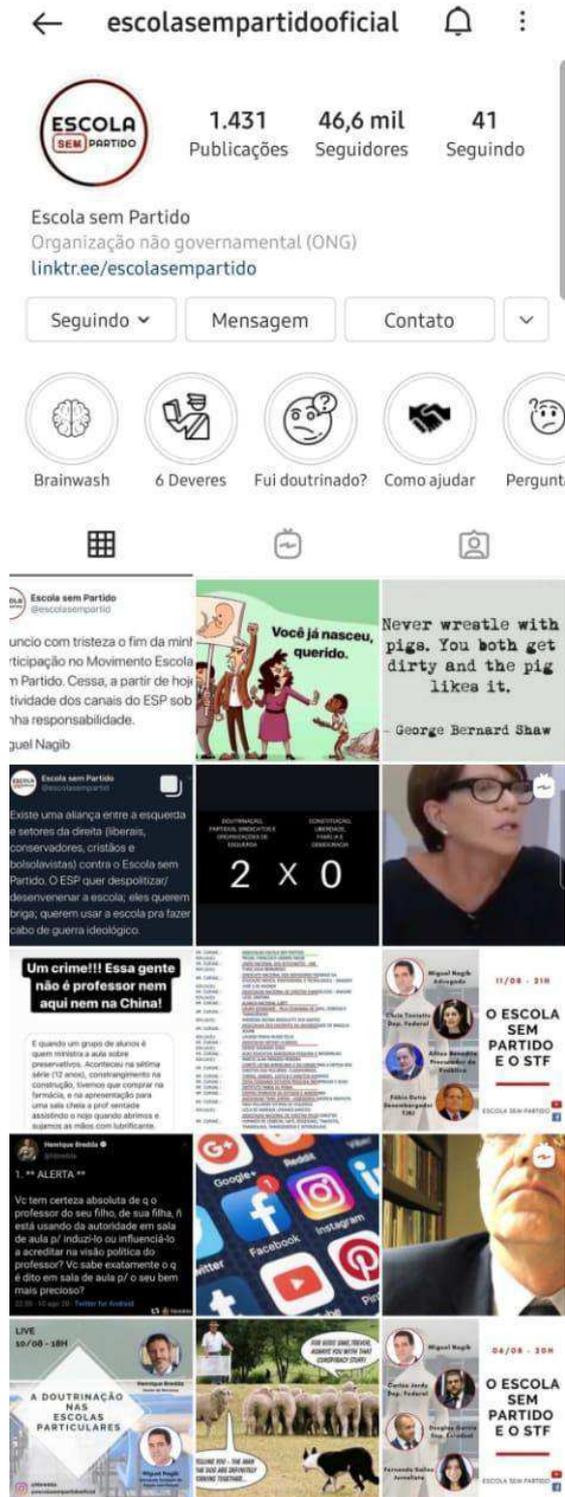
Cada perfil é identificado a partir de um “@”, que não pode ser alterado. Dentre os elementos fixos, isto é, sem possibilidade de alteração pelo usuário, há também o número de publicações, de seguidores e perfis seguidos. Por outro lado, os elementos que permitem alteração são a foto do perfil, o nome localizado logo abaixo da foto, que, na verdade, constitui um nome fantasia, além da razão social, disponível apenas para perfis empresariais e a descrição do perfil, conhecida como biografia.

Dentre as funcionalidades da plataforma é possível a realização de *stories*, publicações de imagens ou vídeos, que ficam acessíveis por até 24 horas. Caso o usuário deseje, por meio do recurso *highlight*, é possível salvar os *stories*, que ficam então disponíveis no topo do perfil, separadas das demais publicações, por tempo indeterminado, sendo conhecidas como “destaques”. Logo abaixo da biografia, há três abas. A primeira diz respeito à relação de um perfil de usuário com o outro, ou seja, a partir desta aba, é possível seguir o outro usuário, deixar de seguir, adicionar à lista de amigos próximos, silenciar ou restringir. Por meio da aba “Mensagens”, é possível enviar mensagens privadas diretamente para o perfil em questão. Por fim, com a aba “Contato”, disponível apenas para perfis empresariais, é possível obter outras formas de contato que não somente por meio das mensagens privadas. Já as publicações, ou *posts*, que também podem ser imagens ou vídeos, são distribuídas em fileiras, contendo três publicações em cada uma delas.

O perfil da ESP (Figura 2) se configura como empresarial e é identificado pelo nome @escolasempartidooficial, indicando que era o administrado por Miguel Nagib e seus colaboradores, posto que há inúmeros outros perfis que também se apresentam como sendo da ESP. Sua foto de perfil é composta pelo logo dessa associação movimentista e, em sua biografia, além do nome Escola Sem Partido, há a indicação de razão social como sendo uma Organização Não Governamental, além de um link *linktree* (Figura 3), serviço online para o Instagram, muito utilizado por influenciadores e empresas, que permite ao usuário divulgar todos os links de

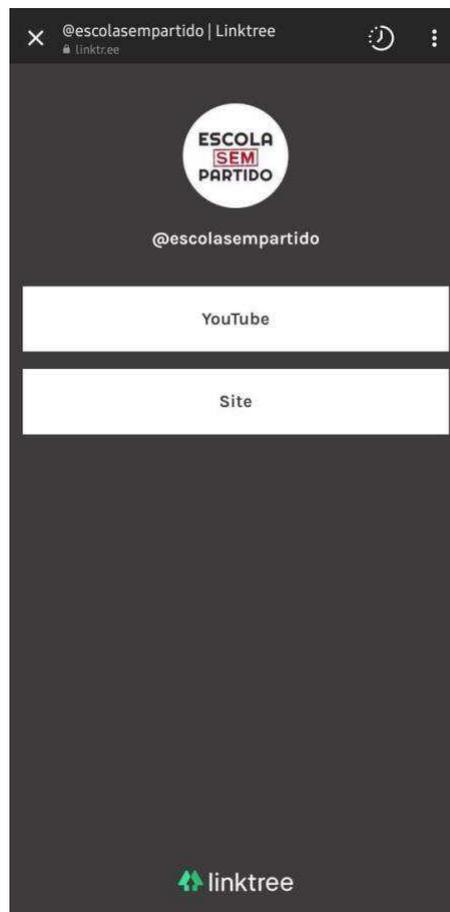
acesso a produtos ou serviços em um só lugar. No caso da ESP, é possível, por meio desse link, acessar seu canal no YouTube e o seu site oficial. Na aba “Contato”, é disponibilizado um número de telefone, além de um endereço eletrônico.

Figura 2: Página inicial do perfil da ESP no Instagram



Fonte: Perfil da ESP do Instagram¹⁴

Figura 3: *Linktree* da ESP



Fonte: Perfil da ESP do Instagram¹⁵

Em relação aos seus “destaques”, há 9: “*Brainwash*”, contendo informações a respeito de doutrinação; “6 deveres”, sobre o seis deveres do professor, recorrentemente defendidos pela ESP; “Fui doutrinado?”, com explicações de como identificar casos de doutrinação; “Como ajudar”, com sugestões de como apoiar essa associação; “Perguntas II” e “Perguntas”, contendo respostas sobre dúvidas frequentes a respeito da ESP; “Fundamentos ESP”, que compreendem os princípios constitucionais que, supostamente, o fundamentam; “Sobre nós”, com informações mais específicas a respeito dessa associação; e “Relatos”, compostos por testemunhos de pessoas que, alegadamente, sofreram algum tipo de doutrinação.

¹⁴ Disponível em: <https://www.instagram.com/escolasempartidooficial/> Acesso em: 14 set. 2021

¹⁵ Disponível em: <https://linktr.ee/escolasempartido> Acesso em: 14 set. 2021

3.3 Análise de conteúdo das publicações da ESP

Ao estudar o conteúdo das publicações da ESP, entre 2016 e 2020, primeiro e último ano de suas publicações, observa-se um reordenamento dos principais temas levantados, além da maior intensificação de sua militância em 2020, ano em que a média das publicações praticamente dobrou.

Se em 2017¹⁶, o foco se deu principalmente em temas ligados à gênero e sexualidade, no ano seguinte, a ESP se voltou, principalmente, às questões de doutrinação político-ideológicas, iniciando uma série de ataques às escolas e, principalmente, às universidades públicas. Foram recorrentes as denúncias sobre disciplinas e cursos ministrados nas instituições universitárias a respeito da deposição de Dilma Rousseff da Presidência da República e da ascensão de movimentos conservadores. Além disso, por se tratar de ano eleitoral, a publicações se voltaram para o apoio público a candidatos que se declaravam a favor das pautas do movimento, como Jair Bolsonaro, único candidato presidencial que declarava publicamente apoio à ESP.

Já em 2019, houve troca da legislatura e consequente arquivamento dos projetos de lei em tramitação, dentre os quais se encontravam os baseados nos princípios da ESP. Como as publicações evidenciam, houve um esforço da ESP em obter apoio, novamente, para a apresentação de novo projeto de lei no Congresso Nacional, algo que veio a ocorrer, conforme mostrado anteriormente, na Câmara do Deputados por Bia Kicis (PSL/DF) e Otoni de Paula (PSC/RJ).

Por fim, 2020 foi o ano em que a associação mais se dedicou ao ativismo virtual no Instagram. Isso se ocorreu como reflexo da pandemia da Covid-19, que inviabilizou quaisquer atividades presenciais e tornou o meio digital o mais propício e viável para a defesa das pautas da ESP. Com a suspensão das aulas e atividades presenciais em escolas, dada a necessidade de isolamento social, em face da pandemia, as postagens foram focadas no incentivo à constante vigilância de aulas e eventos, que eram realizados, em todos os níveis de ensino, de maneira remota.

Ao todo, no período estudado, como mostra a Tabela 1, foram identificadas 1429 publicações. Estas foram organizadas, na tabela, por data e formato, isto é, se

¹⁶ Dado o baixíssimo número de publicações em 2016 (apenas 5), esta análise se centrou principalmente nas postagens a partir de 2017, não excluindo, no entanto, as de 2016.

são compostas por imagem ou vídeo, acompanhadas ou não por texto. Vale frisar que na categoria “vídeos” estão incluídas as *lives*¹⁷ realizadas pelo ESP.

Tabela 1: Postagens da ESP por tipo – 2016-2020

Ano	Total de publicações	Imagens	Vídeos
2016	5	5	0
2017	293	255	38
2018	263	204	59
2019	337	253	84
2020	531	403	128
Total	1429	1120	309

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados coletados no Instagram da ESP

O método utilizado para a análise das publicações foi a abordagem qualitativa de análise de conteúdo categorial, assim definido por Bardin (2016, p. 48):

Conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter procedimentos sistemáticos e objetivos de descrições do conteúdo das mensagens e indicadores (quantitativos ou não) que permitem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (variáveis inferidas) dessas mensagens (BARDIN, 2016, p. 48).

Dada a necessidade de se analisar dados correspondentes foram selecionadas para análise as publicações de tipo “imagem”, ou seja, 1120 publicações. Foram criadas categorias prévias baseadas na literatura especializada acerca de gênero, sexualidade e ESP, a fim de compreender a forma como esta se apropriou do discurso antigênero. A codificação e categorização dos dados coletados foram feitas por meio do *software* de análise qualitativa MAXQDA e foram criadas 4 categorias, de acordo com o tema de cada postagem: doutrinação, ideologia de gênero, promoção de igualdade e família. A tabela 2 mostra o número de ocorrências de cada categoria nas publicações selecionadas.

¹⁷ Live é um recurso disponibilizado pelo *Instagram Story*, que permite gravação e transmissão de vídeo em tempo real. Tal recurso se popularizou e foi amplamente utilizado, principalmente em 2020, após o início da pandemia da Covid-19.

Tabela 2: Postagens segundo categorias – 2016-2020

Categoria	Ocorrência
Doutrinação	122
Ideologia de gênero	119
Promoção de igualdade	69
Família	44
TOTAL	354

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados coletados no Instagram da ESP

A primeira categoria foi criada em face da centralidade desse tema na compreensão da dinâmica do ativismo da ESP como do próprio movimento em si. As demais - dada a centralidade, nessa pesquisa, das questões envolvendo gênero e sexualidade - foram elaboradas de forma a tentar delinear aproximações e distanciamentos da ESP em relação às demais reações antigênero, principalmente, no contexto brasileiro. Vale ressaltar a grande dificuldade de se categorizar as postagens da ESP, uma vez que, em uma mesma publicação, vários temas são abordados simultaneamente. Nesses casos, as postagens foram categorizadas a partir do tema prevalecente. A seguir são apresentados os resultados das análises de conteúdo categorial, abordando cada categoria detalhadamente.

3.3.1 Doutrinação

O tema da doutrinação foi o que mais apresentou ocorrências dentre as categorias estudadas. Foram realizadas 122 publicações em que o tema da doutrinação foi tratado de maneira explícita. Ou seja, foram publicações nas quais a palavra doutrinação - bem como suas variações, como doutrinador - foram utilizadas ou no texto e/ou na imagem da postagem.

Tal resultado não é surpreendente posto que uma das principais pautas da ESP, desde sua criação, foi o combate à doutrinação. Está no cerne da criação da ESP a afirmação de que, no país, existe um movimento sistemático de doutrinação ideológica perpetrado por professores da rede pública ou privada em todos os níveis da educação. Esses docentes, na visão dos defensores da ESP fizeram com que a 'esquerda política' viesse a dominar todas as áreas da produção cultural no Brasil, sendo esta a justificativa dos proponentes da ESP para defender um programa que visaria garantir a não doutrinação de estudantes, o respeito às convicções políticas e

religiosas dos pais do educando e do próprio, bem como a não-interferência do Estado sobre questões ligadas à gênero e sexualidade em sala de aula.

O termo doutrinação, no entanto, é recorrentemente utilizado pela ESP, sendo dotado de diferentes significados a depender do contexto que é utilizado. Há uma definição dada por Miguel Nagib (2013; 2014) em um de seus artigos disponibilizados no site do programa que, apesar do sentido impressionante, nos dá uma dimensão do que a ESP entende por doutrinação: “fazer a cabeça dos alunos”.

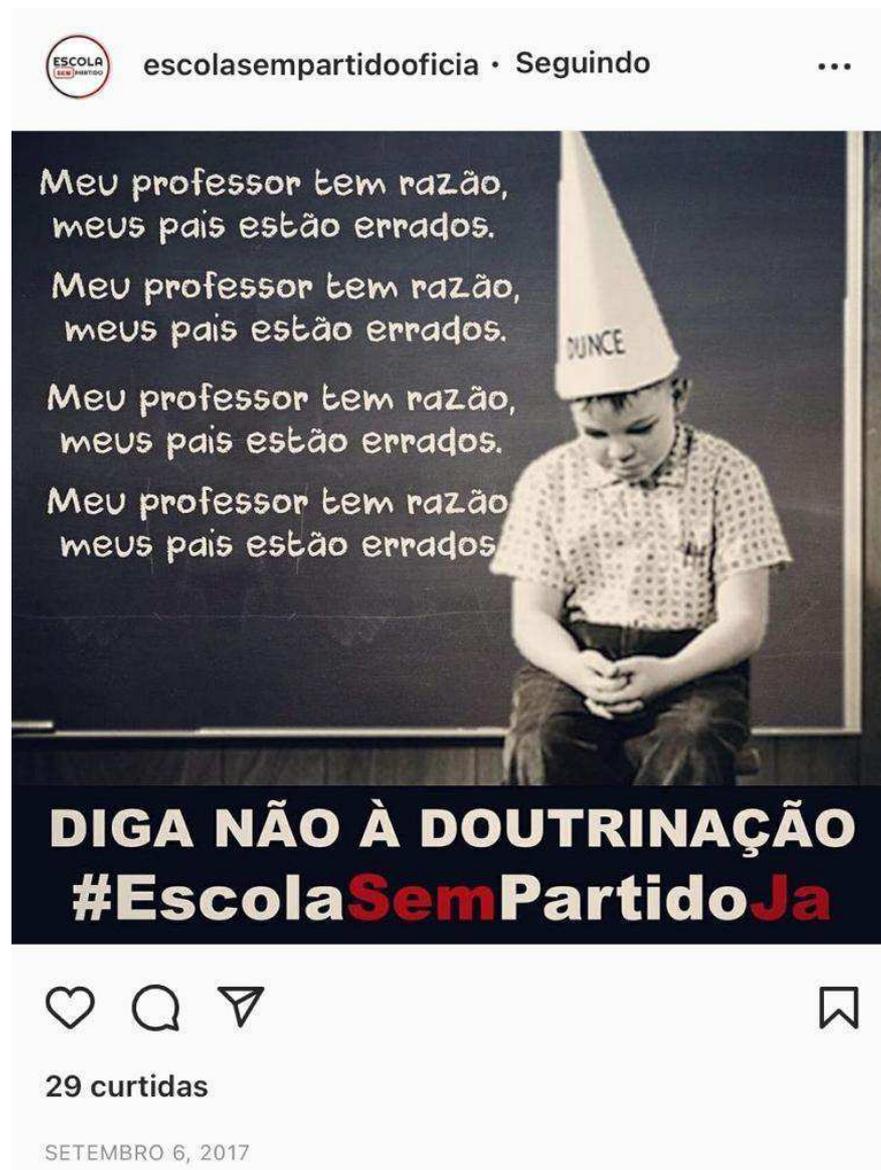
Nagib baseia seu argumento no segundo princípio do Art. 206 da Constituição Federal, que prevê que o ensino será ministrado com base na “liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber”. Em sua interpretação, tal princípio pressupõe o direito do estudante, durante seu processo de aprendizado, de não ser “manipulado pela ação dolosa ou culposa dos seus professores. Ou seja, “compreende o direito do aluno de não ser doutrinado por seus professores” (Nagib, 2013).

Ele argumenta que dada a obrigatoriedade do ensino, os alunos, impossibilitados de deixar a sala de aula quando desejassem, formariam uma audiência cativa e estariam expostos a qualquer discurso proferido por seus professores, que usariam suas aulas, intencionalmente ou não, como uma forma de cooptação política e ideológica. Ao induzir o estudante a assumir determinado posicionamento político, o professor estaria violando não só a liberdade de aprender como também a liberdade de consciência do aluno ao impossibilitá-lo de ter acesso a posicionamentos quaisquer que não os do docente. Mesmo que liberdade de ensinar também seja um direito garantido na constituição, o ato de usá-la em detrimento da liberdade de aprender do aluno seria caracterizado como doutrinação política-ideológica segundo esse pensamento. Assim, liberdade de ensinar e de aprender não são compreendidas em uma relação de complementaridade, mas como antagônicas, uma vez que a liberdade de aprender se sobreporia à liberdade de ensinar.

Da mesma forma, professor e aluno são colocados em uma relação de oposição, na qual o estudante é assumidamente considerado a parte mais fraca e é tratado a partir de um papel de vítima, incapaz de desenvolver um pensamento autônomo e crítico baseado nas suas experiências de vida e, em certa medida, independente dos discursos de seus professores. A imagem criada da criança como

vítima de doutrinação fica evidenciada na (Figura 4), em que é feita uma alusão às antigas formas de punição em ambiente escolar em decorrência de quaisquer transgências por parte do aluno. Nesse caso, o menino, de cabeça baixa e envergonhado, utiliza um chapéu escrito *dunce*, que em tradução literal significa burro, e seria forçado a acreditar que seu professor é dotado da razão em detrimento das convicções de seus pais.

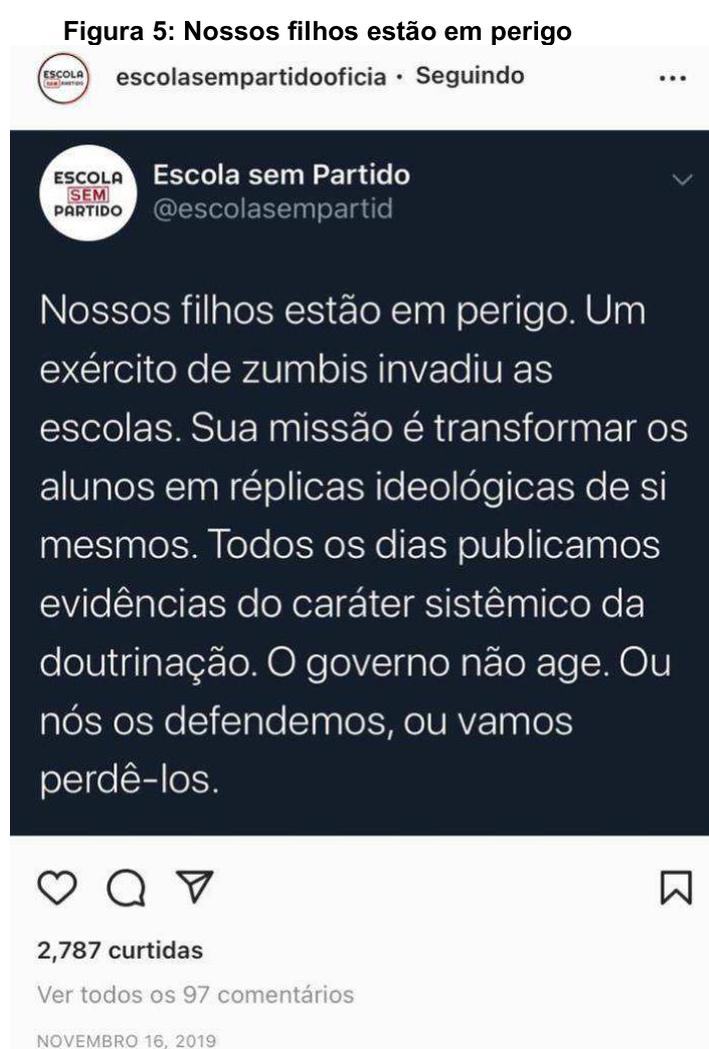
Figura 4: Meu professor tem razão, meus pais estão errados



Fonte: Perfil da ESP no Instagram¹⁸

¹⁸ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/BYsq7YUFvAN/> Acesso em: 14 set. 2021

A imagem criada do professor, por outro lado, tem um caráter pejorativo e depreciativo, principalmente quando são definidos por Nagib (2013) como “um exército de militantes travestido de professores” ou “professor doutrinador é aquele que usa suas aulas para tentar transformar seus alunos em réplicas ideológicas de si mesmo”. No Instagram, foram feitas inúmeras postagens que depreciavam a imagem não só de docentes, como também do próprio sistema de ensino. Na postagem abaixo, os professores são relacionados a um exército de zumbis e é utilizada a retórica da criança em ameaça.



Fonte: Perfil da ESP no Instagram¹⁹

Com o objetivo de tornar claras as formas de se identificar um professor que estaria exercendo a doutrinação, foram feitas uma série de postagens onde são

¹⁹ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/B48zooJAdlK/> Acesso em: 14 set. 2021

expostas maneiras de se identificar se determinada ação se caracteriza como doutrinação ou não. Isso ocorreria, por exemplo, quando o professor “se desvia frequentemente da matéria objeto da disciplina para assuntos relacionados ao noticiário político ou internacional”, “alicia alunos para participar de manifestações, atos públicos, passeatas, etc.” e “utiliza-se da função para propagar ideias e juízos de valor incompatíveis com os sentimentos morais e religiosos dos alunos, constrangendo-os por não partilharem das mesmas ideias e juízos”.

Vale frisar que, embora os membros da ESP sejam enfáticos em afirmar que existe doutrinação nas escolas brasileiras, é muito difícil constatá-la teórico e empiricamente. Uma das formas encontradas para dar maior legitimidade a essa constatação foi, então, a partir do próprio testemunho dos alunos. Assim a ESP não mede esforços na divulgação de depoimentos, escritos ou em forma de vídeo, de alunos que supostamente foram vítimas de doutrinação como também de professores que, dado seu posicionamento a favor dessa associação, sofreram hostilidades de seus colegas:

Figura 6: Depoimentos



Fonte: Perfil da ESP no Instagram²⁰

Assim, o que torna a ESP um programa polêmico não é apenas por ele se propor a combater uma suposta doutrinação do sistema de ensino brasileiro, mas a caracterização daquilo que seus defensores consideram por doutrinação. Ao analisar as postagens dessa temática, nota-se claramente que a concepção de doutrinação está atrelada ao pensamento de “esquerda política”, uma das principais responsáveis pela contaminação política e ideológica nas escolas brasileiras. Além disso, o pensamento de determinados intelectuais de um “viés esquerdista”, como Marx e Paulo Freire (Figura 7) é interpretado como sendo doutrinador ao ser

²⁰ Disponível em: https://www.instagram.com/p/B_kr6f0pgzb/ Acesso em: 14 set. 2021

abordado dentro das salas de aulas. Freire, por exemplo, que foi considerado patrono da educação brasileira e que possui uma vasta e rica obra sobre educação, é recorrentemente responsabilizado pelas deficiências no sistema de ensino no Brasil.

Figura 7: Deturparam Marx, deturparam Freire



Fonte: Perfil da ESP no Instagram²¹

Assim, apesar da definição de doutrinação como “fazer a cabeça dos alunos”, é possível, por meio dela, identificar o posicionamento da ESP acerca do sistema de ensino brasileiro, bem como como é criada a imagem do professor. Vale frisar que as 122 postagens identificadas com o tema da doutrinação foram aquelas que

²¹ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/BZMjlgvFrXF/> Acesso em: 14 set. 2021

possuíam explicitamente esse termo. Caso fossem consideradas todos os desdobramentos dessa definição, o número de postagens seria consideravelmente maior.

3.3.2 Ideologia de gênero

Ao todo, foram identificadas 101 postagens sobre “ideologia de gênero”. Em 15 delas, o termo é relacionado ao tema da doutrinação, sendo encarada também como uma estratégia da esquerda política em busca de cooptação de jovens. Na Figura 8, destaca-se a imagem do professor, que, motivado por “ideias comunistas” e valorização do segmento LGBTQIA+, molda pensamentos dos alunos, de modo que estes deixam de entender o gênero unicamente como sendo masculino e feminino.



Fonte: Perfil da ESP no Instagram²²

Como mostrado anteriormente, a incorporação do combate à “ideologia de gênero” em sua pauta fez com que a ESP ganhasse maior visibilidade nacional e angariasse um variado número de apoiadores. No entanto, assim como doutrinação, a definição de ideologia de gênero - ou somente ideologia - defendida pela ESP, também possui um significado expressivo.

Até mesmo na literatura especializada a definição de ideologia não é consensual. Como aponta Eagleton (1997), definir esse conceito de maneira adequada é uma tarefa de alto grau de dificuldade dado que o termo pode possuir uma série de significados convenientes e, mais ainda, pode ser interpretado de modos diferentes. O autor propõe, então, a definição do termo a partir de diferentes significados, na qual se destaca a ideia de que determinada ideologia é composta por um conteúdo formal de ideias, que, uma vez unificadas, permite a criação de uma estrutura baseada na (falsa) ideia de neutralidade epistemológica. Assim, é possível a manutenção de um modelo ideológico que se baseia na distorção de um dado fato social.

No caso da ESP, gênero é algo dado como natural, imutável, quando não fixado com perfeição pelo “criador”. Ou seja, são rejeitados quaisquer gêneros que não o masculino e feminino, sendo tal postura desviante (Becker, 2009) considerada como uma desordem mental, tal como mostram as figuras: 09 e 10.

²² Disponível em: https://www.instagram.com/p/BY_PYDRixiy/ Acesso em: 14 set. 2021

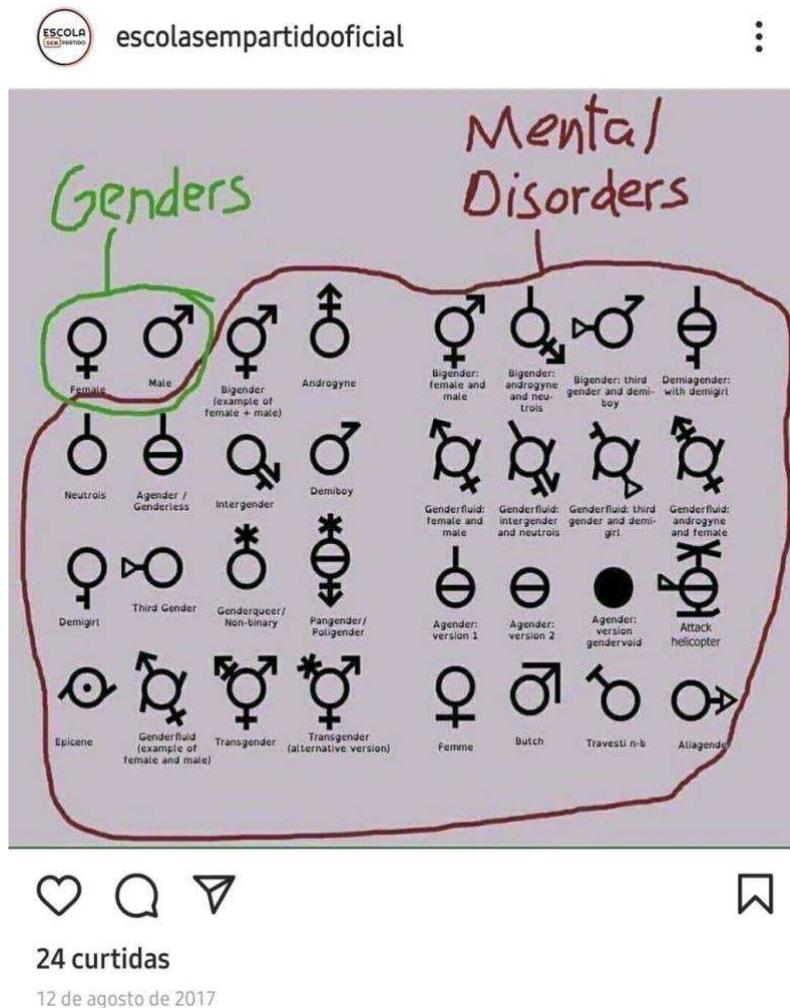
Figura 9: Ideologia de gêneses



Fonte: Perfil da ESP no Instagram²³

²³ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/BsNcEFNBnT7/> Acesso em: 12 ago. 2021

Figura 10 Gender x Mental Disorders



Fonte: Fonte: Perfil da ESP no Instagram ²⁴

Qualquer refutação a esses princípios norteadores é reduzida à uma “ideologia”, utilizada em um sentido sabidamente depreciativo, mesmo aviltante, compreendendo-a, inclusive, como uma forma de doutrinação. Nesse contexto, os estudos e teorias de gênero foram descaracterizados, quando não deturpados, e acusados de serem eles uma ideologia. No entanto, em situações específicas, como mostra a Figura 11, as teorias de gênero até são reconhecidas como sendo uma ciência legítima. Entretanto, dada a complexidade dessas teorias, seria inviável, segundo os defensores da ESP, levar seus temas para sala de aula. E quando levados, seria apresentada uma única visão sobre gênero e sexualidade, portanto: “martelada na cabeça dos alunos”, caracterizando-se como um ato de doutrinação.

²⁴ <https://www.instagram.com/p/BXsenQ1FSYi/>. Acesso em: 12 ago. 2021

Figura 11: Favor não confundir questões de gênero com ideologia de gênero



Fonte: Perfil da ESP no Instagram²⁵

Além disso, também foram relacionados com “ideologia de gênero” eventos e atividades desenvolvidas em universidades e/ou em parceria com coletivos feministas e LGBTQIA+. Ao todo, foram identificadas 19 publicações. Uma possível explicação para isso se deve ao fato de que, principalmente, a partir de 2018, a ESP voltou seu ativismo para o ataque às universidades, e sendo docentes, cursos e atividades desenvolvidas alvo de denúncias. A postagem a seguir é um exemplo da forma como essa associação movimentista enxergou tais atividades:

²⁵ Disponível em: https://www.instagram.com/p/B_eokueJl_7/ Acesso em: 14 set. 2021

Figura 12: Atividade de recepção de calouros

escolasempartidooficial · Seguindo

Sejam Bem-Vindos Calouros/Calouras

RECEPÇÃO DE Calouros 2018/1

14/3/2018 QUARTA-FEIRA
OFICINAS DA COORDENADORIA DE ASSUNTOS DE DIVERSIDADE E DIFERENÇAS - CADD

O discente deve escolher uma oficina de acordo com seu interesse e o turno do curso, respeitando-se a capacidade de lotação das salas.

Atividade	Responsável	Título	Local	Horário
Oficina 1	Júlia Moretto Amâncio (DAE)	Controle Social e Garantia de Direitos	PV4-01	9h – 12h
Oficina 2	Catarina Dallapicula (DEL)	Gênero e Sexualidade	Anfiteatro do DBI	9h – 12h
Oficina 3	Marcelo Sevybricker Moreira (DCH)	A Política de Cotas na Universidade Brasileira	PV4-02	9h – 12h
Oficina 4	Juliana Anacleto (DCH)	Gênero e Trabalho	PV5-01	9h – 12h
Oficina 5	Vera Simone Schaefer Kalsing (DCH)	Questões de Gênero	PV5-02	9h – 12h
Oficina 6	Jacqueline Magalhães Alves (DED)	Mulheres fazem e contam a História: Saberes, Ciência e Movimentos Sociais	PV5-03	9h – 12h
Oficina 7	Gustavo Seferian Scheffer Machado (DIR)	História da Lutas do Movimento LGBT	PV4-03	9h – 12h

35 curtidas

escolasempartidooficial Bem-vindos ao "trote gay" obrigatório da universidade de lavras. O calouro é OBRIGADO a fazer uma destas "oficinas ideológicas" sob pena de ser expulso da universidade.

Ver todos os 11 comentários

MARÇO 6, 2018

Fonte: Perfil da ESP no Instagram ²⁶

Por fim, observou-se que a ESP teve uma preocupação considerável em relação aos livros didáticos. Em todo início de ano, antes do início do período letivo, foram feitas publicações alertando os pais sobre a possibilidade de livros didáticos supostamente abordarem temas da chamada ideologia de gênero. Interessante notar que não houve menção ao pensamento considerado por eles como esquerdista. Seu foco, nessa temática, se voltou para denúncias quanto à abordagem de questões nesses livros, como pode ser observado abaixo:

²⁶ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Bf-zblzlgIU/> Acesso em: 12 ago. 2021

Figura 13: Material didático – meu corpo e meus direitos

ESCOLA **escolasempartidooficial** • Segundo

PROJETO 3
MEU CORPO, MEUS DIREITOS

CONHECER

Sugerimos aqui que o professor use uma abordagem mais prática do que teórica. Dessa forma, introduza a questão dos nomes das partes do corpo humano em uma roda de conversa, apontando para partes do corpo e indagando os nomes de cada parte. Converse sobre elas, sempre buscando questões que possam despertar o interesse dos educandos: "Como chama esta parte? Para que serve? Algumas pessoas vivem sem ela? Como elas fazem?". Inicie a conversa abordando as partes mais conhecidas, como cabeça, braço, perna, e passando a outras mais complexas, como tornozelo, punho ou calcanhar.

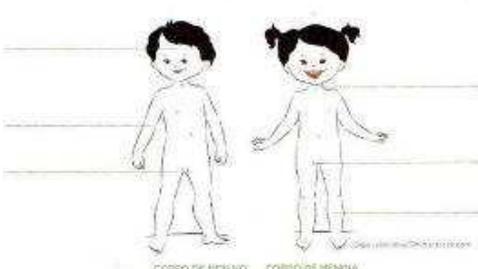
Na abordagem a questão das "partes íntimas", você pode distribuir um pedaço de papel para cada criança e solicitar que desenhem, caso já conseguem escrever, os nomes pelas quais conhecem essas partes. Destaque que a diversidade das palavras atribuídas como nome a elas se deve justamente ao fato de serem íntimas, escondo o que íntimo é aquilo próprio da pessoa, que não dá respeito a outros que não é público. Explique também que o costume de cobrir as partes íntimas relaciona-se à cultura de um povo e que este fato demonstra que cada cultura se relaciona com seus corpos de modo diferente.

Sobre a violência contra a criança

O problema da violência contra criança é gigantesco e mundial. O Brasil, por mais que tenha uma legislação avançada de combate a essa situação, ainda apresenta estatísticas alarmantes. Segundo a Unicef, em 2015, 22.851 denúncias de violência contra a criança foram registradas no Disque 100 (Serviço de Governo Federal para denúncias de violência contra crianças e adolescentes), sendo 17.588 delas de caráter sexual.

MEU CORPO E MEUS DIREITOS

OBSERVE AS PARTES DO CORPO HUMANO NAS IMAGENS A SEGUIR.



1. QUAIS PARTES DO CORPO HUMANO VOCÊ CONHECE?
2. QUAIS SÃO AS PARTES QUE DEIXAMOS SEMPRE COBERTAS?

VOCÊ SABE QUAIS SÃO AS PARTES ÍNTIMAS? ONDE ELAS FICAM? CHAMAMOS ESSAS PARTES QUE COBRIMOS COM AS ROUPAS DE BAIXO DE PARTES ÍNTIMAS, VAMOS COLORIR ESSAS PARTES?

36 • APRENDENDO COM PROJETOS • VOLUME 1

66 • APRENDENDO COM PROJETOS • VOLUME 1

326 curtidas

escolasempartidooficial Material didático para o 1o ano do ensino fundamental, para crianças de 6 anos! Este é o livro do professor que os pais não têm acesso, veja como direciona a conversa "como se chama?" "Para quê serve?"

Ver todos os 32 comentários

NOVEMBRO 1, 2018

Fonte: Perfil da ESP no Instagram ²⁷

Assim, ao se utilizarem do discurso da suposta existência de uma "ideologia de gênero", a ESP lança mão de uma tentativa de controle do que pode ser ou não

²⁷ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/BpoloW4B8x2/> Acesso em: 12 ago. 2021

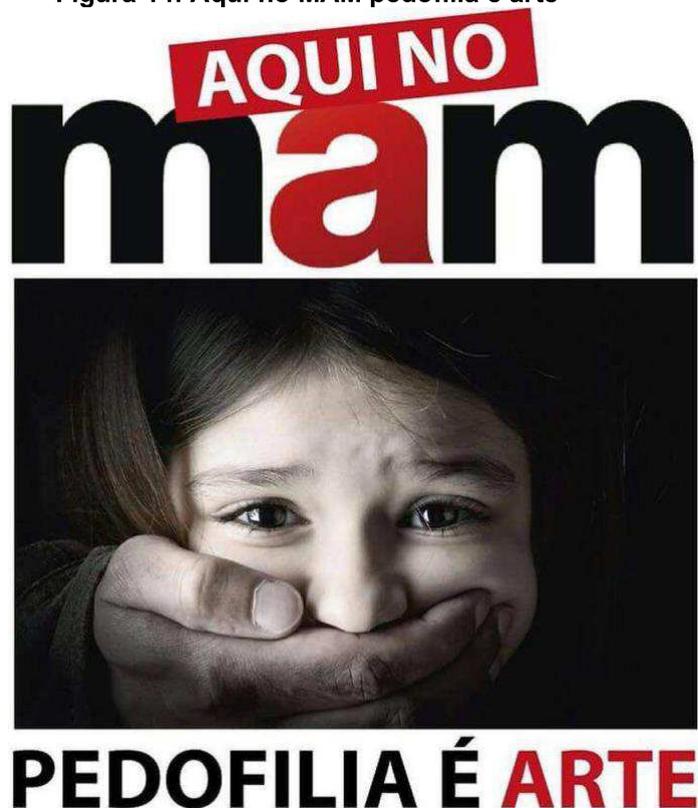
dito em sala de aula e da imposição da omissão de certos temas presentes no processo de formação e socialização do educando, como é expressamente dito na emenda à lei 9.394/96, que prescreve o veto ao uso dos termos 'gênero' e 'orientação sexual' nas diretrizes e bases da educação nacional.

3.3.3 Promoção de igualdade

Como apontado no capítulo 1, o discurso antigênero se manifesta na Europa e, posteriormente, na América Latina, como uma reação aos avanços de políticas de igualdade de gênero e sexualidade capitaneadas por movimentos feministas e LGBTQIA+. Tais políticas foram encaradas como amorais e, muitas vezes, relacionadas a regimes totalitários. Assim, esta categoria buscou identificar quais políticas e ações que visaram a promoção de igualdade de gênero foram alvo da ESP, bem como seu posicionamento e visão em relação a elas. Ao todo, foram identificadas 69 postagens sobre essa temática.

Conforme mostra o mapeamento das postagens, observa-se que, dentre as postagens realizadas em 2017, 68 versaram sobre o tema de promoção de igualdade, sendo ao menos 30 relacionadas a exposições de arte e atividades culturais. Um exemplo foi o forte ativismo, naquele ano, promovido pela ESP contra a exposição "Queemuseu – Cartografias da Diferença na Arte Brasileira", que ficou em cartaz em setembro de 2017, no Santander Cultural, em Porto Alegre. Com forte reação nas redes sociais, a exposição foi acusada de apologia à zoofilia e à pedofilia, além de blasfêmia contra símbolos religiosos. A Figura 14, referente a um *post* publicado em 29 de setembro de 2017, evidencia o discurso raso e pouco argumentativo, mas, ao mesmo tempo apelativo, da ESP sobre o tema. A imagem de uma criança sendo calada por um homem, aliada a uma frase de efeito, tem como propósito relacionar a arte com pedofilia e reforçar a ideia da criança sob ameaça.

Figura 14: Aqui no MAM pedofilia é arte



Fonte: Perfil da ESP no Instagram²⁸

Outra controvérsia recorrentemente citada, nesse contexto, diz respeito à criação e uso de banheiros unissex em lugares públicos em resposta às necessidades de pessoas transsexuais. Embora não haja uma legislação específica a respeito desse tema, há a Resolução da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (nº 12), de janeiro de 2015, voltada para instituições de ensino, que garante o uso de banheiros e outros locais separados de acordo com a identidade de gênero de cada indivíduo. Esta resolução está amparada na Constituição que prevê o provimento do “bem-estar de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”.

Diante desse tema, a ESP manifesta especial preocupação dado que, em sua interpretação, a defesa por banheiros unissex ou inclusivos faz parte de uma estratégia dos defensores da suposta ideologia de gênero e colocaria em risco a inocência e segurança, principalmente de meninas. Vale frisar que a transexualidade

²⁸ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/BZpY9wHF7K/> Acesso em: 14 set. 2021

é interpretada pela ESP como um distúrbio, como pode ser observado no post a seguir.



Fonte: Perfil da ESP no Instagram²⁹

3.3.4 Família

Um ponto central para compreensão da ESP é sua defesa em prol família e das crianças. Assim, essa categoria englobou como temas centrais a defesa da

²⁹ Disponível em: https://www.instagram.com/p/BZL_wGDlg3C/ Acesso em: 14 set. 2021

família nuclear, heteronormativa e crítica a quaisquer outros arranjos familiares, a defesa dos direitos de crianças e adolescentes, primazia dos pais na educação dos filhos, além do reforço dos papéis de gênero. Foram identificadas, ao todo, 44 postagens sobre essa temática, que podem ser verificadas nas postagens a seguir.

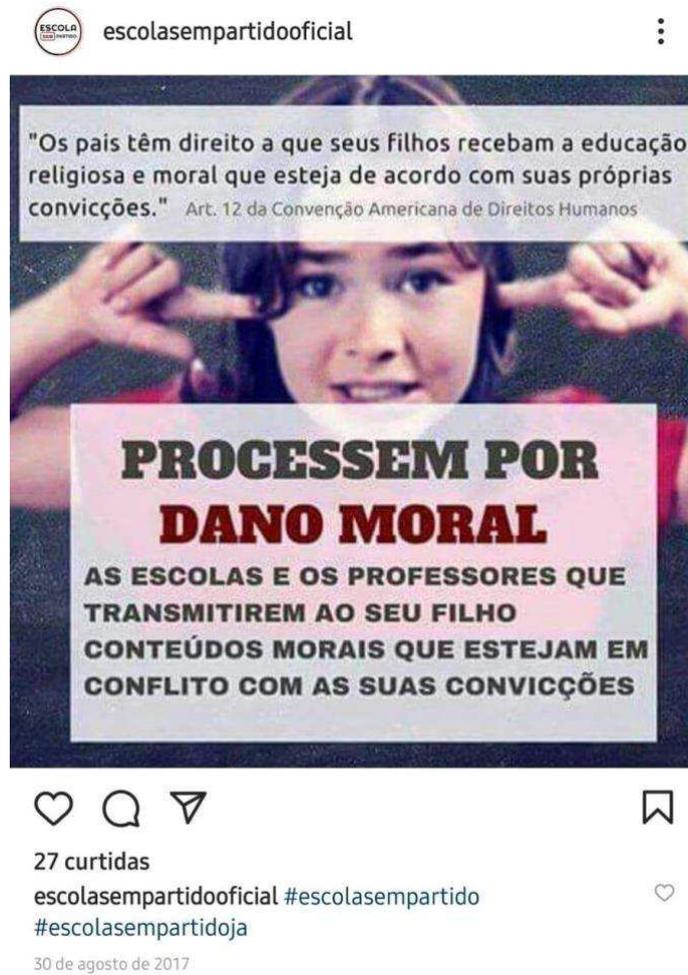
Figura 16: “Menino veste azul e menina veste rosa” é uma metáfora



Fonte: Perfil da ESP no Instagram ³⁰

³⁰ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/BsNcEFNBnT7/> Acesso em: 12 ago. 2021

Figura 17: Os pais têm direito a que seus filhos recebam a educação religiosa e moral que esteja de acordo com as próprias convicções



Fonte: Perfil da ESP no Instagram ³¹

³¹ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/BYbucDbII01/> Acesso em: 12 ago. 2021

CONCLUSÃO

Desde 2017, eu acompanho o ativismo da ESP, tanto em suas redes sociais, quanto em debates parlamentares e votações sobre seus projetos de lei, além das reuniões da comissão especial criada na Câmara dos Deputados. Participei, naquele ano, de audiências públicas na Câmara dos Vereadores de São Paulo, capitaneadas, principalmente, por Kim Kataguiri, à época Líder do Movimento Brasil Livre (MBL) e atual presidente da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, e por Fernando Holiday, então vereador de São Paulo, pelo Partido Democratas e um dos coordenadores nacionais da ESP. Como um dos principais apoiadores dessa associação movimentista em São Paulo, o MBL teve, em 2017, intenso ativismo em prol do avanço das pautas da ESP, não apenas no âmbito legislativo, mas também nas redes sociais, sobretudo, em termos de organização de manifestações a favor de suas pautas na capital paulista, tendo atuação também em municípios de outros estados.

Já em setembro de 2018, às vésperas da eleição presidencial, que levaria à vitória de Jair Bolsonaro, acompanhei a votação do projeto de lei da ESP na Câmara dos Vereadores de Campinas. No acalorado debate durante a votação, havia dois grupos visivelmente distintos. De um lado, empunhando a bandeira nacional e vestidos com a camiseta amarela da seleção brasileira de futebol, os manifestantes a favor da aprovação do projeto de lei da ESP, bradavam pequenas canções de apoio a Bolsonaro. Do outro, manifestantes, em sua maioria, professores da rede básica do ensino estadual paulista e municipal campineiro, além de estudantes da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), respondiam às provocações de seus adversários políticos com outros cantos e gritos de guerra. Na ocasião, estudantes da Faculdade de Educação (FE) da Unicamp, levaram uma faixa em que estava escrito que a Faculdade era contra a ESP e, após o debate, tal faixa ficou hasteada em frente à FE, pelo menos até o início da pandemia da Covid-19, em 2020, evidenciando a forte oposição de alunos, professores e coordenação da faculdade em relação à associação. A clivagem presente na votação se estendia para além dos manifestantes e era visível também em relação aos vereadores, tendo como proponente Tenente Santini (PSD), à época, apoiador de Bolsonaro e como opositores os vereadores de PT, Psol e PC do B.

Esse embate se repetiu em várias outras votações e audiências que aconteceram em inúmeros municípios e estados brasileiros e evidenciou a rede de relações criadas pela ESP até momentos antes da posse de Jair Bolsonaro como presidente da República. Após a emergência ao poder central do extremista de direita, foram frustradas as expectativas, sobretudo de Miguel Nagib, a associação movimentista não contou com força política suficiente para que pudesse fazer avançar as de viés econômico, como a Reforma da Previdência social e busca de privatizações. As pautas da ESP, na prática, acabaram ocupando espaço secundário, em termos de políticas públicas e mudanças legislativas.

Havia certa percepção, por parte dos formuladores da ESP, de que, em face da atuação de Bolsonaro no período eleitoral quanto a denúncias a respeito da presença da suposta de ideologia de gênero em escolas brasileiras, bem como do material pejorativamente chamado de “kitgay”, haveria a concretização robusta pautas moralistas em enquanto legislação e políticas públicas federais. De fato, algumas políticas desse caráter foram observadas, como a inclusão, em 2022, de “ideologia de gênero” enquanto uma das motivações de violações de direitos humanos pelo Disque 100, durante a gestão de Damare Alvez (PRB) como ministra de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Ou então a criação, em 2019, por Abraham Weintraub, à época, Ministro da Educação do programa Escola de Todos, cujos temas abordados remetiam às pautas da ESP. Em entrevista, o então ministro chegou a afirmar que a ESP não seria mais necessária, evidenciando a manobra do governo Bolsonaro de desassociar suas próprias pautas da associação liderada por Nagib.

Já Olavo de Carvalho, cujo pensamento influenciou significativamente na formação da ESP, afirmou, em entrevista a Flávio Bolsonaro, em junho de 2022³², que a ESP constituía um “projeto de censura”, sendo necessária a criação de uma “escola de todos os partidos”, a fim de promover a pluralidade de pensamentos e opiniões. Já Kim Kataguiri disse discordar do novo projeto de lei da ESP, apresentado em 2019, por Bia Kicis, permitindo que os alunos filmassem as aulas de seus professores.

³² Disponível em:

<https://twitter.com/escolasempartid/status/1542497878454697984?cxt=HHwWglCwgbzphugqAAAA>

Acesso em: 30 jun de 2022

Verifica-se, portanto, que apesar do grande número de alianças da ESP - feitas a partir de 2014, quando surgiram os primeiros projetos de lei concernentes – não veio a ter grande destaque e força após a posse presidencial de Jair Bolsonaro. Ou seja, não veio a se tornar um ator central na definição de políticas públicas do governo. Pelo contrário, apesar de suas bandeiras estarem representadas na figura de Jair Bolsonaro, a ESP viu suas alianças se enfraquecerem, levando à insatisfação de Miguel Nagib, que, atualmente, usa suas redes sociais para denunciar o descaso, não apenas de Bolsonaro, como de toda a direita na luta contra a suposta doutrinação ideológica, de esquerda, vigente nas escolas brasileiras.

Ainda assim, mesmo que nenhuma lei tenha sido aprovada, a intimidação a professores não se traduziu em casos isolados, sendo parcela destes expostos à difamação e a ameaças de processos judiciais por parte dos alunos. Muitos, inclusive, responderam judicialmente às acusações de doutrinação, enquanto outros, temendo tais ameaças, preferiram se calar numa atitude de autocensura, evitando desgaste nessa profissão, em grande medida, precarizada no país. Mesmo diante do enfraquecimento da ESP, o clima de instabilidade e insegurança ainda é relatado por muitos professores e coordenadores de escolas.

Ademais, vale fazer algumas ponderações a respeito da aproximação da ESP com reações antigênero que ocorreram na Europa e América Latina. Como mostrado, diante dos avanços dos estudos de gênero e das pautas feministas e LGBTQIA+, diversas reações antigênero foram observadas na Europa e, posteriormente, na América Latina e Brasil. Seus manifestantes, sob a roupagem de defesa de liberdade de expressão e de consciência, protestaram afirmando que a busca por igualdade de gênero era uma perversidade ideológica. Tais avanços, bem como os estudos que descontroem as categorias de gênero e sexualidade como binárias e naturalistas, foram, então, atrelados à noção do que ficou conhecido como “ideologia de gênero”.

Tais reações, apesar de usarem estratégias semelhantes no combate à ideologia de gênero, foram capazes de adaptar a seus respectivos contextos nacionais. É o que aconteceu com a ESP, que agregou à sua pauta, até então voltada quase que exclusivamente ao combate da suposta doutrinação político-ideológica nas escolas, o combate à chamada ideologia de gênero. E fez isso no

contexto em que a inserção de temas ligados à gênero e sexualidade no ensino básico brasileiro estava em voga. Foi um momento oportuno que propiciou a construção de alianças com diversos atores, sobretudo religiosos.

Cabe frisar, no entanto, que houve uma importação de valores e ideias do norte global, no que concerne à pauta de combate à doutrinação e à ideologia de gênero. Miguel Nagib, por exemplo, já afirmou que se baseou no site norte-americano *No Indoctrination* para criar as bases da ESP. E quanto ao conteúdo relacionado a gênero e sexualidade, a associação movimentista se posicionou fortemente contrária às conquistas de movimentos LGBTQIA+, de maneira muito semelhante às reações que ocorreram na Europa e demais países da América Latina. Ao situar a ESP na ampla cruzada antigênero, que, como mostrado, possui um caráter internacional, verifica-se que a mobilização não foi inovadora em seu conteúdo e formato.

BIBLIOGRAFIA

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Projeto de lei no 2974 de 2014. Cria, no âmbito do sistema de ensino do Estado do Rio de Janeiro, o “Programa Escola Sem Partido”. Disponível em: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1115.nsf/e4bb858a5b3d42e383256cee006ab66a/45741a7e2ccdc50a83257c980062a2c2?OpenDocument>. Acesso em: 25 set 2019

BALIEIRO, F. DE F. “Não se meta com meus filhos”: a construção do pânico moral da criança sob ameaça. **Cadernos Pagu**, n. 53, 2018.

BARAJAS, K. B. Pánico moral y de género en México y Brasil: rituales jurídicos y sociales de la política evangélica para deshabilitar los principios de un estado laico. **Religião & Sociedade**, v. 38, n. 2, p. 85–118, 2018.

BARDIN, Laurence. (2016). **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70.

BARREIRO, Alex; MARTINS, Fernando Henrique. Bases e fundamentos legais para a discussão de gênero e sexualidade em sala de aula. **Leitura: Teoria & Prática**, v. 34, n. 68, p. 93-106, 2016.

BASILIO, Ana Luíza. Escola Sem Partido anuncia o fim de suas atividades. Brasil. **Carta Capital**, 19 jul. 2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/educacao/escola-sem-partido-anuncia-o-fim-de-suas-atividades/>. Acesso em: 24 set 2021

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo**: a experiência vivida; tradução de Sérgio Millet. 4 ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1980

BELL, J. et al. Religião na América Latina: Mudança Generalizada em uma Região Historicamente Católica. **Pew Research Center**, Washington DC, v. 13, 2014.

BIROLI, Flávia; VAGGIONE, Juan Marco; MACHADO, Maria das Dores Campos. **Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina**. Boitempo Editorial, 2020.

BECKER, Howard S. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

BEDINELLI, Talita. Escola Sem Partido: “O professor da minha filha comparou Che Guevara a São Francisco de Assis”. Brasil. **EL PAÍS Brasil**. 25 jun 2016. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/06/23/politica/1466654550_367696.html. Acesso em: 24 set 2020

BELTRÁN, William Mauricio; CREELY, Sian. Pentecostales, ideología de género y plebiscito por la paz. **Revista Colombiana de Sociología**, v. 45, n. 1, p. 481-511, 2016.

BLANCARTE, R. Laicidad y laicismos en América Latina. In: **Estudios sociológicos** XXVI, n.76, p 139-164. jan-abr, 2008.

BLUM, Alice. German. In: KOVÁTS, Eszter; PÕIM, Maari. Gender as symbolic glue: The Position and Role of Conservative and Far Right Parties in the Anti-gender Mobilization in Europe. **Budapest, Foundation for European Progressive Studies**, 2015.

BRUSTIER, Gaël. France. In: KOVÁTS, Eszter; PÕIM, Maari. Gender as symbolic glue.: The Position and Role of Conservative and Far Right Parties in the Anti-gender Mobilization in Europe. **Budapest, Foundation for European Progressive Studies**, 2015.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008

_____. Ideologia anti-gênero e a crítica da era secular de Saba Mahmood. **Debates do NER**, v. 2, n. 36, p. 219-235, 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 25 set 2019.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Projeto de Lei no 7180 de 2014, e apensados. Altera o art. 3o da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=606722>. Acesso em: 25 set 2019

CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO. Projeto de Lei no 867 de 2014. Cria, no âmbito do sistema de ensino do município, o “Programa Escola Sem Partido”. Disponível em: <http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/scpro1316.nsf/f6d54a9bf09ac233032579de006bfef6/5573ae961660b4cd83257ceb006bc7d4?OpenDocument>. 25 set 2019

CAREAGA-PÉREZ, G. Moral Panic and Gender Ideology in Latin America. **Religion and Gender**, v. 6, n. 2, p. 251–255, 2016.

CARVALHO, Fabiana Aparecida de; POLIZEL, Alexandre Luiz; MAIO, Eliane Rose. Uma escola sem partido: dicursividade, currículos e movimentos sociais. **Semina: Ciências sociais e humanas**, v. 37, n. 2, p. 193-210, 2016.

CASTRO, Gabriel de Arruda. O Projeto da Escola Sem Partido foi arquivado no Congresso? Sim e não. Gazeta do Povo. Brasil. **Gazeta do Povo**. 14 dez 2017. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/educacao/o-projeto-da-escola-sem-partido-foi-arquivado-no-congresso-sim-e-nao-043viw08h811i4ubi9y868aob>. Acesso em: 10 jan 2021.

COLOMBO, Luiza Rabelo. Reflexões sobre o Escola Sem Partido e seu avanço no campo das políticas educacionais brasileiras. **Entropia**, vol. 2, n. 3, jan-jun, 2018.

CORRÊA, S. A “política do gênero”: um comentário genealógico. **Cadernos Pagu**, n. 53, jun. 2018.

CORREDOR, Elizabeth S. Unpacking “gender ideology” and the global right’s antigender countermovement. **Signs: Journal of Women in Culture and Society**, v. 44, n. 3, p. 613-638, 2019.

DE LIMA, I. G.; HYPOLITO, Á. M. Escola sem Partido: análise de uma rede conservadora na educação. **Práxis Educativa**, v. 15, p. 1–17, 2020.

ELLWANGER, Tiana Maciel. **Jornadas de junho: 5 anos depois**. Rio de Janeiro, Autografia Editora, 2018.

EAGLETON, Terry. **Ideologia: uma introdução**. São Paulo: Ed. da Unesp/Ed. Boitempo, 1999. Introdução e cap. I, pp. 13-40.

ESCOLA SEM PARTIDO. Disponível em: <http://www.escolasempartido.org>. Acesso em: 20 ago 2019

FILHO, Eduardo Meinberg de Albuquerque Maranhão; COELHO, Fernanda Marina Feitosa; DIAS, Tainah Biela. Fake news acima de tudo, fake news acima de todos”: Bolsonaro e o “kit gay”, “ideologia de gênero” e fim da “família tradicional”. **Correlatio**, v. 17, n. 2, p. 65-90, 2018.

FRIGOTTO (ORG), G. Escola "sem" partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. 2ª ed. Rio de Janeiro: UERJ LPP, 2017.

HINE, C. **Ethnography for the Internet: Embedded, Embodied and Every day**. Bloomsbury, London, 2015

G1. Comissão aprova texto principal do Plano Nacional de Educação. *In*: G1 Educação. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/educacao/noticia/2014/04/comissao-aprova-texto-principal-do-plano-nacional-de-educacao.html>>. Acesso em: 17 ago 2021.

G1. Comissão no Senado mantém Paulo Freire como patrono da educação brasileira. *In*: G1 Educação. 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/comissao-mantem-paulo-freire-como-patrono-da-educacao-brasileira.ghtml>>. Acesso em: 04 jan 2021.

GRAFF, Agnieszka. Report from the gender trenches: War against ‘genderism’ in Poland. **European Journal of Women's Studies**, v. 21, n. 4, p. 431- 435, 2014.

GRZEBALSKA, Weronika. Polonia. *In*: KOVÁTS, Eszter; PÕIM, Maari. Gender as symbolic glue: The Position and Role of Conservative and Far Right Parties in the Anti-gender Mobilization in Europe. **Budapest, Foundation for European Progressive Studies**, 2015.

HERVIEU-LÉGER, Danièle. **O peregrino e o convertido: a religião em movimento**. Petrópolis: Vozes, 2008. Introdução e cap. II, pp. 15-56.

JUNQUEIRA, Rogério. A ideologia de gênero existe, mas não é aquilo que você pensa que é. In: CÂSSIO, Fernandes (org). **Educação Contra a Barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar**. São Paulo, ed. Boitempo, 2019.

_____. A invenção da “ideologia de gênero”: a emergência de um cenário político discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. **Psicologia Política**, v. 18, n. 43, p. 449–502, 2018.

KOZINETS, Robert V. **Netnografia: realizando pesquisa etnográfica online**. Porto Alegre. Penso, 2014.

LINS, B. A.; PARREIRAS, C.; FREITAS, E. T. de. Estratégias para pensar o digital. **Cadernos de Campo (São Paulo - 1991)**, [S. l.], v. 29, n. 2, p. e181821, 2020. DOI: 10.11606/issn.2316-9133.v29i2pe181821. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/181821>. Acesso em: 18 ago 2021.

MACEDO, E. As Demandas Conservadoras do Movimento Escola Sem Partido e a Base Nacional Curricular Comum. **Educação e Sociedade**, v. 38, n. 139, p. 507–524, 2017.

MACHADO, Maria Das Dores Campos. O discurso cristão sobre a “ideologia de gênero”. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 26, n.2: e47463, 2018.

MACHADO, Maria das Dores; BURITY, Joanildo. A ascensão política dos pentecostais no Brasil na avaliação de líderes religiosos. **Dados**. V. 57, n.3, 2014, p. 601-631.

MARIANO, R. Laicidade à brasileira: católicos, pentecostais e laicos na esfera pública. **Civitas**, v. 11, n. 2, p. 238-258, 2011

MOURA, Fernanda Pereira de; SILVA, Renata da C. A. da. 6 anos de projetos “Escola sem Partido” no Brasil: levantamento dos projetos de lei estaduais, municipais, distritais e federais que censuram a liberdade de aprender e ensinar. Brasília: **Frente Nacional Escola Sem Mordça**, 2020.

MIGUEL, L. F. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero” – Escola Sem Partido e as leis da mordça no parlamento brasileiro. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, 7, set. 2016.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Procuradoria Geral dos Direitos do Cidadão. Nota técnica 01/2016. Duprat, Deborah. Assunto: Educação e Direitos Humanos; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 30 de março de 2017.

MISKOLCI, Richard. Batalhas morais: política identitária na esfera pública técnico-mediatizadora. **Autêntica Editora**, 2021.

ROCHA, Camilo. O mapa que registra projetos da Escola sem Partido no país. **Nexo Jornal**. Brasil. 2017. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/11/12/O-mapa-que-registra-projetos-da-Escola-sem-Partido-no-pa%C3%ADs>>. Acesso em: 24 nov 2017.

RODRIGUES, Carla. Butler e a desconstrução do gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 13, n.1, 2005.

ROSADO-NUNES, M. J. F. A “ideologia de gênero” na discussão do PNE: a intervenção da hierarquia católica. **Horizonte**, v. 13, n. 39, p. 1237-1260, 2015.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, n. 20 (2), jul-dez 1995, p. 71-99.

SENADO FEDERAL. Projeto de Lei nº 193 de 2016. Inclui entre as diretrizes e bases da educação o "Programa Escola sem Partido". Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/125666>.

TORRE, R. DE LA; SEMÁN, P. **Religiones y espacios públicos en América Latina**. 1. ed. [s.l.] Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; México: Centro de Estudios Latinoamericanos Avanzados - CALAS, 2021.

UOL. Escola Sem Partido é inconstitucional e contra o pluralismo, afirma MPF. *In*: UOL Educação. 2016. Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/noticias/2016/07/22/escola-sem-partido-e-inconstitucional-e-contra-o-pluralismo-afirma-mpf.htm>>. Acesso em: 20 ago 2020.

VAGGIONE, Juan Marco. La Iglesia Católica frente a la política sexual: I a configuración de una ciudadanía religiosa. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 50, 2017.

ZINET, Caio. Especialistas desconstroem os 5 principais argumentos do Escola Sem Partido. *In*: **Centro de Referências em Educação Integral**. 2016. Disponível em: <<http://educacaointegral.org.br/reportagens/especialistas-desconstroem-os-5-principais-argumentos-escola-sem-partido/>>. Acesso em: 20 ago 2020.